

# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – 1º REOT



**Azeméis**  
é vida

Setembro 2018



## FICHA TÉCNICA

TÍTULO: PLANO DIRETOR MUNICIPAL

SUBTÍTULO: RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO – 1º REOT

COORDENAÇÃO: Dr.ª ANA DE JESUS (VEREADORA)  
Eng.ª TERESA MELO (CHEFE DA EQUIPA MULTIDISCIPLINAR)

ELABORAÇÃO: NÚCLEO DE COMPETÊNCIAS DE PLANEAMENTO E PROJETOS  
ANDREIA XARÁ - GEÓGRAFA

DATA: SETEMBRO 2018



## INDICE

O PRIMEIRO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	4
I. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E URBANÍSTICO .....	6
1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA .....	8
1.1. POPULAÇÃO RESIDENTE .....	8
1.2. ESTRUTURA ETÁRIA .....	11
1.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO .....	13
1.4. POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE .....	14
II. EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL.....	15
2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO .....	16
2.1. OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO .....	18
2.2. OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL.....	22
3. REABILITAÇÃO URBANA .....	25
3.1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA.....	25
3.1.1. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS.....	25
3.1.2. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO VIDREIRO.....	26
3.2. REABILITAÇÃO FORA DE ARUS.....	26
3.3. INTERVENÇÕES EM ESPAÇO PÚBLICO .....	27
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO .....	28
5. INFRAESTRUTURAS URBANAS .....	32
5.1. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇO DE SANEAMENTO.....	32
5.2. ÁGUA SEGURA .....	33
6. MOBILIDADE URBANA.....	34
6.1. PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE.....	34
6.2. REDE VIÁRIA EXISTENTE.....	35
6.3. NOVA REDE VIÁRIA.....	35
7. QUALIDADE DO AMBIENTE .....	37

7.1.	RESÍDUOS.....	37
7.2.	RUÍDO .....	38
8.	COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL.....	40
8.1.	SAÚDE.....	40
8.2.	TURISMO .....	41
9.	RECURSOS NATURAIS.....	42
9.1.	RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL - RAN.....	42
9.2.	RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - REN.....	44
9.3.	ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL – EEM .....	45
9.3.1.	FAUNA E FLORA DA EEM .....	45
9.3.2.	ÁREA ARDIDA NO CONCELHO .....	49
9.4.	RECURSOS HÍDRICOS .....	50
III.	CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDM2013 .....	51
IV.	OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PDM2013 .....	60
V.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	62
	QUADRO 1- CORRELAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COM OS FATORES CRÍTICOS .....	5
	QUADRO 2 – QUALIFICAÇÃO DO SOLO PDM2013 .....	16
	QUADRO 3 - LISTAGEM DA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DAS CONCLUSÕES DA ATUALIZAÇÃO DO MAPA DE RUÍDO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS,.....	38
	TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE 2013 - 2017 (N:º) .....	9
	TABELA 2 - DENSIDADE POPULACIONAL 2013 - 2017 (Hab/km <sup>2</sup> ).....	9
	TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR UNIDADE TERRITORIAL (N:º) .....	10
	TABELA 4 - PORCENTAGEM DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA (%) .....	10
	TABELA 5 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (%).....	11
	TABELA 6 - VARIAÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA (%) .....	12
	TABELA 7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO .....	12
	TABELA 8 – TAXA DE ANALFABETISMO .....	13
	TABELA 9 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO .....	13
	TABELA 10 – TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE (%) - (CAE REV.3) .....	14
	Tabela 11 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO.....	18

TABELA 12 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO .....	19
Tabela 13 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO LOTEAMENTOS .....	20
TABELA 14 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO .....	20
TABELA 15 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO .....	21
TABELA 16 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO RURAL.....	23
TABELA 17 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO RURAL.....	23
Tabela 18 – ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA .....	25
TABELA 19 – PROCESSOS DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO.....	26
TABELA 20 – PROCESSOS DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO.....	26
TABELA 21 – INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO EM ESPAÇO PÚBLICO .....	27
TABELA 22 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO .....	28
TABELA 23 – PROGRAMAÇÃO SOLO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA/URBANIZÁVEL .....	29
TABELA 24 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE NÍVEL I (2017) .....	30
TABELA 25 – INTERVENÇÕES DE NÍVEL III .....	31
TABELA 26 – CLIENTES INDÁQUA .....	32
TABELA 27 – PROPORÇÃO DE ALOJAMENTO SERVIDOS (%) .....	32
TABELA 28 - ÁGUA SEGURA.....	33
TABELA 29.....	34
TABELA 30 – MANUTENÇÃO DAS VIAS.....	35
TABELA 31 - REDE VIÁRIA PREVISTA NO PDM 2013 .....	36
TABELA 32 - REDE VIÁRIA NÃO PREVISTA NO PDM 2013.....	36
TABELA 33 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECOLHIDOS.....	37
TABELA 34 RECICLAGEM SEGUNDO O TIPO DE MATERIAL DA EMBALAGEM .....	37
TABELA 35 – PESSOAL AO SERVIÇO NO HOSPITAL (por 1 000 habitante).....	40
TABELA 36 – CAMAS HOSPITAL .....	40
TABELA 37 – ATENDIMENTO NO HOSPITAL .....	41
TABELA 38 – ALOJAMENTOS TURÍSTICOS .....	41
TABELA 39 – PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA (N.º) .....	43
TABELA 40 – ÁREA E USOS DOS PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DEFERIDOS.....	43
TABELA 41 –PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÃ .....	45
TABELA 42 –PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÃ .....	46
TABELA 43 – FLORA DAS MARGENS DO RIO CAIMA.....	47
TABELA 44 – FAUNA E FLORA DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO .....	48
TABELA 45 – ÁREA ARDIDA (ha) .....	49
TABELA 46 – TIPOLOGIA CONSUMO - INDÁQUA.....	50
TABELA 47 – CONSUMO ÁGUA.....	50

## O PRIMEIRO RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território (REOT), imposição legal que consta no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT<sup>1</sup>), tem como objetivo aferir o balanço da execução do Plano Diretor Municipal (PDM), bem como os níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão, no sentido do plano se adequar à evolução das condições ambientais, económicas, sociais e culturais (n.º 2 do artigo 124º do RJIGT). Este documento será submetido a um período de discussão pública, através da página da Câmara Municipal, de duração não inferior a 30 dias e, posteriormente, será sujeito à apreciação da Assembleia Municipal.

O balanço efetivo da execução do plano será a consequência de uma monitorização bem estruturada e contínua, que permitirá perceber os desvios existentes, relativamente à estratégia e metas estabelecidas pelo instrumento territorial em análise, comparativamente ao que de facto acontece no território, reequacionando sempre que necessário as ações e os procedimentos de implementação.

Assim, de forma a dar cumprimento a este dever legal o município de Oliveira de Azeméis iniciou o processo de elaboração do seu primeiro REOT referente ao Plano Diretor Municipal 2013 - PDM2013, publicado em Diário da República, através do Aviso n.º 1889/2013, de 6 fevereiro.

Para a elaboração deste relatório, foi efetuado um trabalho preparatório, para determinar quais os fatores críticos e respetivos indicadores, mais pertinentes e adequados, tendo como referência os objetivos estratégicos do PDM2013 (quadro 1), tendo culminado no documento, “REOT 2015 – Proposta de Fatores Críticos e Respetivos Indicadores” (2015), onde está descrita a metodologia para a opção dos fatores críticos, ora em análise.

O presente relatório sobre o estado do ordenamento do território encontra-se, fundamentalmente, estruturado em três partes, a primeira relativa ao Enquadramento Territorial, a segunda à Execução do Plano Diretor Municipal, a terceira parte avalia a concretização dos objetivos estratégicos do PDM e a quarta justifica se há necessidade de revisão do plano, não descurando as considerações finais.

A primeira procede ao enquadramento territorial, urbanístico e demográfico do município, cuja metodologia teve por base a análise dos dados censitários e estatísticos, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com vista a determinar a evolução do concelho de Oliveira de Azeméis.

A segunda parte analisa a execução do PDM, aferindo o grau de concretização das ações e intervenções preconizadas no PDM, com dados recolhidos internamente e em vários gabinetes. Para o balanço da sua execução, definiu-se como ponto de partida, o ano de publicação do PDM – 2013- este é o ano em que se iniciam as alterações no território, à luz do novo instrumento de gestão territorial.

---

<sup>1</sup> n.º 3 e 4 do artigo 189º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.



A terceira parte elenca, para cada um dos objetivos estratégicos do Plano Diretor Municipal, os fatores críticos que permitirão avaliar a sua concretização.

Na quarta parte demonstram-se os motivos que justificam se há oportunidade de revisão do PDM2013, volvidos 5 anos de vigência.

Contudo, nem sempre foi possível recolher dados estatísticos e dados dos serviços internos considerados importantes para este relatório. Para ultrapassar esta contrariedade, procedeu-se à análise dos dados disponíveis e que demonstram a tendência do indicador em estudo.

Na tabela seguinte encontram-se elencados os objetivos estratégicos do PDM correlacionados com os fatores críticos que serão analisados, ao longo deste documento.

QUADRO 1- CORRELAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS COM OS FATORES CRÍTICOS

FATORES CRÍTICOS REOT	OBJETIVOS PLANO DIRETOR MUNICIPAL 2013			
	QUALIFICAÇÃO E REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, PERSPETIVANDO A INDÚSTRIA COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO	ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, COM APROVEITAMENTO DAS FORTES ACESSIBILIDADES REGIONAIS E DA SUA LOCALIZAÇÃO INTERMEDIA RELATIVAMENTE A AVEIRO E PORTO, PROMOVENDO A CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE CARACTER SUPRA CONCELHIO, E DA IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS DE ATUAÇÃO E GESTÃO BASEADOS NA CONCERTAÇÃO E PARCERIAS ENTRE INICIATIVA PÚBLICA E INICIATIVA PRIVADA	QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO RECURSO DO DESENHO URBANO COM INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS EXISTENTES, E DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE DE GESTÃO ATIVA E CONCERTADA	REQUALIFICAÇÃO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E NATURAIS, INSERINDO-OS EM REDES INTEGRADAS DE PERCURSOS, ROTEIROS E ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO.
1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA	X	X	X	X
2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	X	X	X	X
3. REABILITAÇÃO URBANA			X	
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO	X	X	X	X
5. ACESSO AOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS	X	X	X	X
6. MOBILIDADE URBANA	X	X	X	
7. QUALIDADE DO AMBIENTE			X	X
8. COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL		X		
9. RECURSOS NATURAIS				X

Fonte : “REOT 2015 – Proposta de Fatores Críticos e Respetivos Indicadores” (2015)

## I. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E URBANÍSTICO

### ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

Oliveira de Azeméis é um concelho do distrito de Aveiro, situado na fronteira entre as regiões Norte e Centro de Portugal (limites NUT II); tendo como concelhos limítrofes, a norte São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Arouca, a nascente Vale de Cambra – com os quais constitui a NUT III Entre Douro e Vouga –, e a sul com Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha e a poente Estarreja e Ovar – da NUT III Baixo Vouga, pertencentes já à Região Centro.<sup>2</sup>

Com a entrada em vigor da Lei nº 46/2008, o Município passou também a integrar a Área Metropolitana do Porto (AMP).

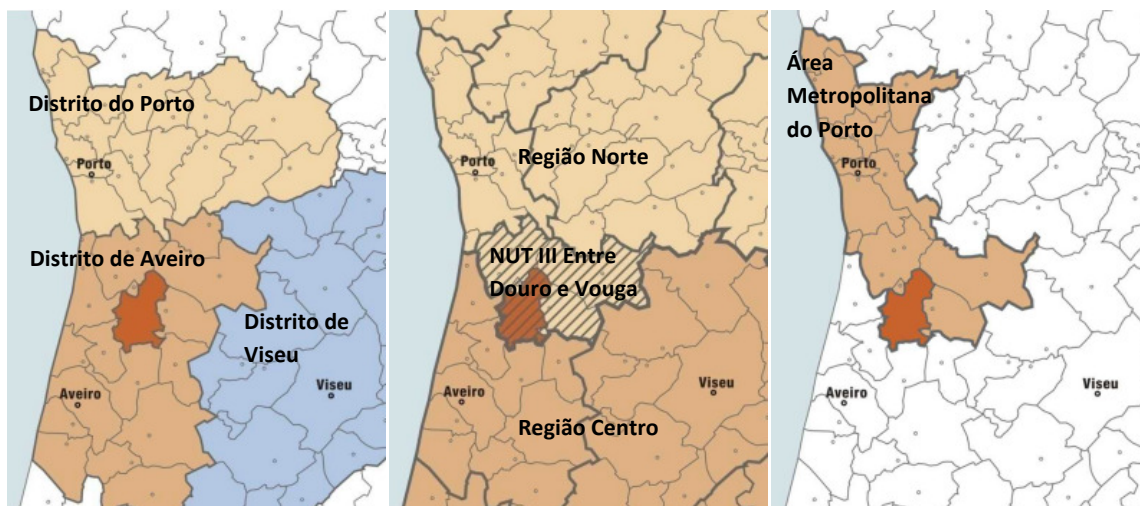


Figura 1 - Enquadramento Territorial do Município de Oliveira de Azeméis  
 Fonte: Parque Expo: *Oliveira de Azeméis - Estudo de Enquadramento Estratégico*

Detentor de 161 km<sup>2</sup> de área, Oliveira de Azeméis ocupa uma localização tanto periférica quanto privilegiada relativamente às duas principais cidades do litoral norte e centro de Portugal, designadamente, Porto e Aveiro.

Dista da cidade do Porto, aproximadamente, 50 km (cerca de três quartos de hora de distância), e de Aveiro, cerca de 40 km (meia hora de distância), pelo que esta continua a ser um pólo fundamental para o estabelecimento de relações estratégicas, a sul, de natureza diversificada – funções administrativas de base distrital, ensino e investigação (nomeadamente através da Universidade de Aveiro), acessibilidade (porto marítimo de Aveiro, ligação viária a Espanha), entre outras.

<sup>2</sup> (Parque Expo Re:Inventar o Território. (2009). *Oliveira de Azeméis - Estudo de Enquadramento Estratégico.*)

Esta proximidade permite estabelecer ligações administrativas, quer no âmbito regional, quer ao nível intermunicipal, que potenciam o estabelecimento de uma rede de relações funcionais entre este concelho e as principais cidades e municípios da sua envolvente.

Oliveira de Azeméis localiza-se, desde a época Romana, em eixos estruturantes e importantes de Portugal, como é disso exemplo o principal eixo da época que ligava Porto a Lisboa. Atualmente este eixo, Lisboa-Porto, está reforçado pela existência do IC2, A1, A29 e pela A32 (estando apenas concluído o troço que liga o município a Gaia).

### ENQUADRAMENTO URBANÍSTICO

Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira e São João da Madeira constituem uma conurbação urbana, de estrutura linear.

Trata-se de um eixo propício ao assentamento urbano, bem dotado de rede rodoviária no sentido norte-sul, entre um litoral plano e aluvionar e uma zona interior montanhosa, que se inicia com as serras da Freita e da Arada.

A evolução urbana do município foi fortemente condicionada pela estrutura viária e pelo relevo acidentado, acontecendo sobretudo pelo dinamismo do seu tecido empresarial, e à construção de habitação segundo a propriedade privada ao longo das vias de comunicação existentes.

Herdeiro de uma paisagem de base rural, este território começou a sofrer profundas alterações na sua base económica no início do século passado, com a proliferação de pequenas e médias indústrias ligadas à cortiça, ao vidro e aos moldes.

O carácter familiar de grande parte destas pequenas empresas fomentou uma promiscuidade entre a localização das unidades produtivas e a habitação. No final da década de oitenta a dispersão territorial era já uma realidade.

O conjunto das três cidades traduz-se, assim, numa urbanização extensiva, mas contínua, marcada pelo desenvolvimento industrial, fornecendo-nos a imagem de uma cidade estendida, policêntrica, assente num tecido urbano fragmentado e numa base económica industrial (cortiça, calçado, automóvel, moldes/injeção de plásticos e metalúrgica).

## 1. DINÂMICA DEMOGRÁFICA

O ano de 2013, ano da publicação do PDM, é considerado neste relatório como o ano 0, uma vez que é a partir deste marco temporal, que importa aferir as alterações que aconteceram no município até 2017.

Para a caracterização demográfica do Município, são analisados os dados municipais, das “Estimativas anuais da população residente”, publicadas pelo INE, comparativamente com os dados da região Norte e de Portugal continental, de forma a perceber se Oliveira de Azeméis se distancia das tendências regionais e nacionais.

Também foram consultados os dados dos Recenseamentos da População e Habitação, designadamente de, 1981, 1991, 2001 e 2011, pois permitirão conhecer, o comportamento deste fator crítico ao longo de 3 décadas, nas freguesias do Município.

A análise será efetuada como base territorial nas freguesias existentes aquando da reorganização administrativa territorial autárquica, materializada pela Lei n.º 22/2012, de 30 de maio, uma vez que é assim que os dados do INE são divulgados, neste relatório também designadas por unidades territoriais.

### 1.1. POPULAÇÃO RESIDENTE

Em 2013, o Município era local de residência de 67 756 pessoas (tabela 1) e apresentava uma densidade populacional elevada (tabela 2), cerca de 421hab/km<sup>2</sup>, comparativamente com os índices da Região Norte, com aproximadamente, 171hab/km<sup>2</sup> e de Portugal com apenas 113hab/km<sup>2</sup>, tendência que se mantém ao longo dos anos subsequentes.

De acordo com as estimativas anuais disponibilizadas pelo INE (tabela 2), verificamos que o Município atravessa uma fase de dinâmica demográfica negativa, uma vez que nos 5 anos em análise, perde população. Entre 2013 e 2017 regista uma perda de 1 498 indivíduos, o que representa uma variação negativa na ordem dos 2,2%.

Verifica-se que esta tendência de decréscimo populacional, é também uma realidade a nível regional cuja redução é, relativamente, mais baixa, cerca de 1,9%, e nacional, com uma perda de 1,3% da população.

TABELA 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE 2013 - 2017 (N.º)

	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2013-2017
<b>PORTUGAL CONTINENTAL</b>	9 918 548	9 869 783	9 839 140	9 809 414	9 792 797	-1.3%
<b>NORTE</b>	3 644 195	3 621 785	3 603 778	3 584 575	3 576 205	-1.9%
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS</b>	<b>67 756</b>	<b>67 349</b>	<b>66 978</b>	<b>66 496</b>	<b>66 258</b>	<b>-2,2%</b>

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente - População residente (N.º) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual

TABELA 2 - DENSIDADE POPULACIONAL 2013 - 2017 (Hab/km<sup>2</sup>)

	2013	2014	2015	2016	2017	Varição 2013-2017
<b>PORTUGAL CONTINENTAL</b>	113	113	112	112	112	-0,5%
<b>NORTE</b>	171	170	169	168	168	-0,6%
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS</b>	<b>421</b>	<b>418</b>	<b>416</b>	<b>413</b>	<b>411</b>	<b>-0,6%</b>

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente - Densidade populacional (N.º/ km<sup>2</sup>) por Local de residência (NUTS - 2013); Anual

Quando procedemos à análise da evolução da população no concelho, nos últimos 30 anos, (tabela 3), constatamos que o fenómeno de decréscimo populacional, intensificou-se entre 2001 e 2011, contrariamente ao que vinha acontecendo.

Da análise da tabela 3, conclui-se que em Oliveira de Azeméis, entre 1981 e 1991 a população cresceu 6,4% e entre 1991 e 2001 cresceu 5,8%. Entre 2001 e 2011 inverte-se a tendência e regista-se uma diminuição de cerca de 3%.

Neste mesmo período, das 19 freguesias, 16 perderam população, apenas Loureiro, Oliveira de Azeméis e Travanca registaram um aumento da população residente.

Madaíl é a freguesia com menos população nos três decénios em análise. Em 1981 registava apenas 674 residentes, atingindo o valor máximo em 2001 com 884. Verificou-se um aumento de 19% entre 1981 e 1991 e um acréscimo de 10% entre 1991 e 2001. Contudo, este crescimento é quebrado com a tendência generalizada de decréscimo demográfico, e entre 2001 e 2011, regista uma variação negativa de 8,5%.

No outro extremo da tabela, a freguesia com mais população é Cucujães, com 11 341 residentes em 1981 e 11 130 em 1991, cedendo o seu lugar como freguesia mais populosa a Oliveira de Azeméis, que em 2001 registava 11 168 residentes e em 2011 12 204.

Cucujães perdeu população ao longo das últimas três décadas, em oposição à sede de concelho, que registou um acréscimo de cerca de 11% no primeiro decénio, de 15% no segundo e de 9% no terceiro reforçando o seu carácter polarizador.

TABELA 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE POR UNIDADE TERRITORIAL (N:º)							
UNIDADE TERRITORIAL	1981	1991	2001	2011	Varição 1981-1991	Varição 1991-2001	Varição 2001-2011
CARREGOSA	3 084	3 544	3 552	3 419	14,9	0,2	-3,7
CESAR	2 529	2 739	3 288	3 166	8,3	20,0	-3,7
FAJÕES	2 969	3 112	3 180	3 087	4,8	2,2	-2,9
LOUREIRO	3 241	3 376	3 491	3 531	4,2	3,4	1,1
MACIEIRA DE SARNES	2 231	2 193	2 214	1 925	-1,7	1,0	-13,1
MACINHATA DA SEIXA	1 431	1 443	1 446	1 390	0,8	0,2	-3,9
MADAÍL	674	804	884	809	19,3	10,0	-8,5
NOGUEIRA DO CRAVO	2 523	2 681	2 852	2 795	6,3	6,4	-2,0
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	8 692	9 679	11 168	12 204	11,4	15,4	9,3
OSSELA	2 110	2 359	2 538	2 208	11,8	7,6	-13,0
PALMAZ	1 949	2 133	2 130	2 079	9,4	-0,1	-2,4
PINDELO	2 425	2 569	2 758	2 595	5,9	7,4	-5,9
PINHEIRO BEMPOSTA	3 134	3 432	3 621	3 324	9,5	5,5	-8,2
SANTIAGO DE RIBA-UL	3 379	3 585	4 126	3 944	6,1	15,1	-4,4
S. MARTINHO GÂNDARA	2 239	2 237	2 289	1 985	-0,1	2,3	-13,3
TRAVANCA	1 685	1 818	1 778	1 804	7,9	-2,2	1,5
UL	2 788	2 856	2 832	2 413	2,4	-0,8	-14,8
SÃO ROQUE	4 395	5 156	5 480	5 228	17,3	6,3	-4,6
CUCUJÃES	11 343	11 130	11 094	10 705	-1,9	-0,3	-3,5
<b>TOTAL</b>	<b>62 821</b>	<b>66 846</b>	<b>70 721</b>	<b>68 611</b>	<b>6,4</b>	<b>5,8</b>	<b>-3,0</b>

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

A análise da tabela 4 permite perceber que a população de Oliveira de Azeméis e Cucujães representa um terço da população total do concelho. Ao adicionar a este conjunto duas outras unidades territoriais vizinhas, designadamente São Roque e Santiago de Riba-UL, perfaz um total de 46,7 % da população.

Metade da população do Concelho encontra-se em apenas 4 freguesias fortemente urbanizadas, fenómeno que se traduz num forte impacto no território, nomeadamente, a pressão/procura habitacional, manutenção e construção de vias de comunicação e redes básicas de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

TABELA 4 - PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO POR FREGUESIA (%)				
UNIDADE TERRITORIAL	1981	1991	2001	2011
CARREGOSA	4,9	5,3	5,0	5,0
CESAR	4,0	4,1	4,6	4,6
FAJÕES	4,7	4,7	4,5	4,5
LOUREIRO	5,2	5,1	4,9	5,1
MACIEIRA DE SARNES	3,6	3,3	3,1	2,8
MACINHATA DA SEIXA	2,3	2,2	2,0	2,0
MADAÍL	1,1	1,2	1,2	1,2

NOGUEIRA DO CRAVO	4,0	4,0	4,0	4,1
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	<b>13,8</b>	<b>14,5</b>	<b>15,8</b>	<b>17,8</b>
OSSELA	3,4	3,5	3,6	3,2
PALMAZ	3,1	3,2	3,0	3,0
PINDELO	3,9	3,8	3,9	3,8
PINHEIRO BEMPOSTA	5,0	5,1	5,1	4,8
SANTIAGO DE RIBA-UL	5,4	5,4	5,8	5,7
S. MARTINHO GÂNDARA	3,6	3,3	3,2	2,9
TRAVANCA	2,7	2,7	2,5	2,6
UL	4,4	4,3	4,0	3,5
SÃO ROQUE	<b>7,0</b>	<b>7,7</b>	<b>7,7</b>	<b>7,6</b>
CUCUJÃES	<b>18,1</b>	<b>16,7</b>	<b>15,7</b>	<b>15,6</b>
<b>TOTAL MUNICÍPIO</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

## 1.2. ESTRUTURA ETÁRIA

A estrutura etária da população de Oliveira de Azeméis caracteriza-se pela concentração maioritária da população na faixa etária dos 25 aos 64 anos, (57%), seguindo-se a faixa etária da população com mais de 65 anos (21%). Contudo, as restantes, dos 0 aos 14 anos e dos 15 ao 24, não se afastam muito deste valor, registando na totalidade 22%.

À semelhança da região Norte e de Portugal, a estrutura da população vai-se alterando gradualmente com a diminuição da população dos grupos etários mais jovens em detrimento do aumento da população dos grupos mais idosos.

TABELA 5 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO (%)						
GRUPO ETÁRIO		2013	2014	2015	2016	2017
PORTUGAL CONTINENTAL	0-14 anos	15	14	14	14	14
	15 – 24 anos	11	11	11	11	11
	25-64 anos	55	55	54	54	54
	65-74 anos	10	10	11	11	11
	75 + anos	10	10	10	10	10
NORTE	0-14 anos	14	14	14	14	13
	15 – 24 anos	11	11	11	11	11
	25-64 anos	56	56	56	56	56
	65-74 anos	10	10	10	10	11
	75 + anos	9	9	9	9	9
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	0-14 anos	13	13	12	12	11
	15 – 24 anos	11	11	11	11	11
	25-64 anos	58	57	57	57	57
	65-74 anos	10	10	11	11	11
	75 + anos	8	9	9	9	10

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Entre 2013 e 2017, Oliveira de Azeméis perdeu cerca de 17% de crianças e jovens (0-14 anos e 15-24 anos) e 4 % de população em idade ativa, e registou um aumento do número de pessoas com mais de 65 anos em cerca de 21%, como demonstra a tabela seguinte.

TABELA 6 - VARIAÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA (%)						
GRUPO ETÁRIO	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2013-2017	
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	0-14 anos	-3	-4	-3	-3	-12
	15 – 24 anos	0	-1	-2	-1	-5
	25-64 anos	-1	-1	-1	-1	-4
	65-74 anos	3	3	3	2	11
	75 + anos	2	2	2	4	10

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Esta alteração que tem ocorrido ao longo do tempo na estrutura etária da população tem influência no progressivo aumento do índice de envelhecimento da população oliveirense (tabela 7). Se em 2013 se registavam 143 pessoas idosas por cada 100 jovens, este valor em 2017, é de cerca de 179, tendo havido um aumento deste índice na ordem dos 25%.

TABELA 7 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO						
	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2013-2017
PORTUGAL CONTINENTAL	139	144	150	154	158	14%
NORTE	125	132	140	146	153	22%
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	143	152	162	170	179	25%

Fonte: INE, Estimativas anuais da população residente

Esta tendência de envelhecimento demográfico é uma realidade também sentida na região Norte e em Portugal, contudo Oliveira de Azeméis está num ritmo mais acelerado.



### 1.3. NÍVEL DE INSTRUÇÃO

Os dados relativos à taxa de analfabetismo<sup>3</sup> e de escolarização<sup>4</sup>, tabela 8 e 9, refletem a crescente melhoria do nível geral de instrução da população portuguesa.

O município de Oliveira de Azeméis não é exceção, e registou uma significativa redução da taxa de analfabetismo, cerca de 71%, contudo foram necessárias três décadas. Se em 1981 registava cerca de 14 % de população com mais de 10 anos que não sabia ler nem escrever, em 2011 registava cerca de 4%.

TABELA 8 – TAXA DE ANALFABETISMO						
	1981	1991	2001	2011	Varição 1981-2011	Varição 2001-2011
<b>PORTUGAL CONTINENTAL</b>	18	11	9	5	-72	-44
<b>NORTE</b>	17	10	8	5	-71	-38
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS</b>	<b>14</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>-71</b>	<b>-43</b>

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação - Censos 1981, 1991, 2001 e 2011

TABELA 9 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO				
	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
<b>PORTUGAL CONTINENTAL</b>				
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>	90	91	91	*
<b>ENSINO BÁSICO</b>	110	110	109	*
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b>	117	118	115	*
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	34	34	35	36
<b>NORTE</b>				
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>	94	95	96	*
<b>ENSINO BÁSICO</b>	109	110	109	*
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b>	113	114	112	*
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	29	30	30	32
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS</b>				
<b>PRÉ-ESCOLAR</b>	95	98	97	*
<b>ENSINO BÁSICO</b>	103	103	104	*
<b>ENSINO SECUNDÁRIO</b>	73	74	79	*
<b>ENSINO SUPERIOR</b>	5	5	7	9

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2013,2014,2015,2016)

\* Dados não publicados à data da elaboração deste documento

<sup>3</sup> Taxa de analfabetismo-População residente com 10 e mais anos de idade que não sabe ler nem escrever

<sup>4</sup> Proporção da população residente que está a frequentar um grau de ensino, relativamente ao total da população residente do grupo etário correspondente às idades normais de frequência desse grau de ensino

Se por um lado diminui a taxa de analfabetismo, por outro lado, aumenta a taxa de escolarização em todos os níveis de ensino. O ensino superior aumenta a sua taxa nos quatro anos em análise, não só em Oliveira de Azeméis como também a nível regional e nacional.

Apesar dos dados serem de fontes e anos diferentes, são muito pertinentes para traçar a tendência de contínua melhoria do nível de instrução da população, no município, na região centro e em Portugal continental.

#### 1.4. POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETORES DE ATIVIDADE

A população portuguesa e da região norte, encontra-se maioritariamente empregada no sector terciário, representando 66% e 55% respetivamente, seguindo-se o secundário, que a nível nacional representa 32% e a nível regional 44%, apenas 2% e 1% da população se dedica à agricultura.

TABELA 10 – TRABALHADORES POR SETOR DE ATIVIDADE (%) - (CAE REV.3)				
	2013	2014	2015	2016 e 2017
<b>PORTUGAL CONTINENTAL</b>				
PRIMÁRIO (CAE A)	2	2	2	*
SECUNDÁRIO (CAE B-F)	32	32	32	*
TERCIÁRIO (CAE G-U)	66	66	66	*
<b>NORTE</b>				
PRIMÁRIO (CAE A)	1	1	1	*
SECUNDÁRIO (CAE B-F)	44	44	44	*
TERCIÁRIO (CAE G-U)	54	55	55	*
<b>OLIVEIRA DE AZEMÉIS</b>				
PRIMÁRIO (CAE A)	0,25	0,27	0,37	*
SECUNDÁRIO (CAE B-F)	74	74	74	*
TERCIÁRIO (CAE G-U)	26	26	26	*

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2014,2015,2016)

\* Dados não publicados à data da elaboração deste documento

O município de Oliveira de Azeméis, dado o seu cariz fortemente industrial, possui uma estrutura diferente, sendo o setor secundário o maior empregador com 74% dos trabalhadores, seguindo-se o setor dos serviços com 26% e por último o primário, com uma expressividade muito reduzida, não atingindo 1%.

## II. EXECUÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Para perceber o grau de execução do PDM, e se de facto acontece seguindo a estrutura de ordenamento do território, preconizada pelo plano, e como se descreveu anteriormente, procedeu-se à análise das licenças de construção entre 2015 e 2017.

A execução do plano, quer no solo urbano, quer no solo rural, acontece através das operações urbanísticas, previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE)<sup>5</sup>.

É a análise das operações urbanísticas que será efetuada, contudo, apenas a partir de 2015 e não 2013, como anteriormente, pois foi nesse ano que se definiu um procedimento interno específico, para a criação de uma base de dados previamente definidos e que são indispensáveis, referentes aos novos processos de licenças de edificação, que fornecerá informação para a análise dos indicadores estabelecidos para o REOT.

Esta análise permitirá traçar a tendência da dinâmica urbana e respetiva edificabilidade no município, após a publicação do PDM13, e tem por base os dados recolhidos nos procedimentos de gestão urbanística, excluindo-se as licenças de construção de muros, anexos e outras construções similares, pois o seu impacto na ocupação do território não é relevante neste estudo.

É de alertar que, seria primordial para a elaboração de um relatório sobre a execução do plano diretor municipal, a obtenção e análise de dados de gestão urbanística mais pormenorizados e coerentes, à data impossíveis de recolher de forma expedita e simplificada.

Os resultados das pesquisas e dos relatórios que se efetuam na gestão documental do município não permitem a obtenção dos dados que se pretendem, constituindo uma contrariedade para a elaboração deste relatório.

---

<sup>5</sup> Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro

## 2. ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A estrutura do ordenamento do território municipal assenta na distinção entre solo rural e solo urbano, a qual determina o destino e função dos terrenos, conforme regulamento do Plano Diretor Municipal.

A qualificação do solo urbano e do solo rural, processa-se através das categorias e subcategorias elencadas na tabela seguinte.

QUADRO 2 – QUALIFICAÇÃO DO SOLO PDM2013	
SOLO URBANO	SOLO RURAL
<p><b>A) ESPAÇO CENTRAL</b></p> <p>I) ESPAÇO CENTRAL I</p> <p>II) ESPAÇO CENTRAL II</p> <p><b>B) ESPAÇO RESIDENCIAL</b></p> <p>I) ESPAÇO RESIDENCIAL I</p> <p>II) ESPAÇO RESIDENCIAL II</p> <p><b>C) ESPAÇO DE ATIVIDADES ECONÓMICAS</b></p> <p><b>D) ESPAÇO DE USO ESPECIAL</b></p> <p>I) ESPAÇO DE USO ESPECIAL — CIDADE</p> <p>II) ESPAÇO DE USO ESPECIAL — LOUREIRO</p> <p><b>E) ESPAÇO VERDE</b></p>	<p><b>A) AGLOMERADOS RURAIS</b></p> <p><b>B) ESPAÇOS AGRÍCOLAS</b></p> <p><b>C) ESPAÇOS FLORESTAIS</b></p> <p>I) ESPAÇO FLORESTAL DE CONSERVAÇÃO</p> <p>II) ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO</p> <p>III) ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL</p> <p><b>D) ESPAÇO AFETO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS;</b></p> <p><b>E) ESPAÇO AFETO À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS</b></p>

O Espaço Central I corresponde à cidade de Oliveira de Azeméis e para o qual o PDM estipula funções características dos espaços de centralidade, nomeadamente, habitação, equipamentos, comércio e serviços.

O Espaço central II corresponde aos centros das freguesias, prevendo o mesmo tipo de funções.

As zonas urbanas periféricas aos Espaços Centrais são os Espaços Residenciais, destinados preferencialmente para a habitação, porém é possível a instalação de comércio, serviços e equipamentos de apoio à população.

Os Espaços de Atividades Económicas são preconizados no PDM como espaços devidamente qualificados para a instalação de atividades económicas e unidades industriais.

Os Espaços de Uso Especial (Cidade e Loureiro) destinam-se à instalação de equipamentos públicos ou de utilização coletiva para qualificação e reforço da competitividade da Cidade (Espaços de Uso Especial Cidade) e que pela sua localização estratégica ao nível regional constituem uma bolsa de reserva para equipamentos ou infraestruturas estruturantes, nomeadamente de recreio, lazer e turismo.

O plano preconiza que o sistema urbano tenha Espaços Verdes, que se caracterizam por espaços públicos de recreio, lazer e cultura, nos quais se poderão instalar equipamentos de utilização coletiva.

No solo rural, os Aglomerados Rurais são pequenos núcleos populacionais, com funções habitacionais e de serviços básicos e de proximidade aos seus residentes, assim como funções de apoio a atividades agrícolas e florestais. Nestes espaços o PDM admite ainda a atividade turística.

Os solos com melhor aptidão agrícola e que ainda não foram ocupados com edificações ou funções urbanas, destinam-se preferencialmente à produção agrícola e constituem o Espaço Agrícola do município.

O Espaço Florestal compreende três subcategorias, designadamente, o Espaço Florestal de Conservação, Espaço Florestal de Produção e Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal.

O Espaço Florestal de Conservação integra as áreas de maior sensibilidade ecológica, como, parques não urbanos, quintas, galerias ripícolas, minas e pedreiras desativadas, espaços que se destinam à preservação e regeneração natural do coberto vegetal, à estabilização geodinâmica dos escarpados, e que se destinam a área de recreio e lazer, bem como de promoção turística e equipamentos de utilização coletiva.

O Espaço Florestal de Produção tem uma forte aptidão para utilizações intensivas em termos de produção e aproveitamento de produtos florestais assim como atividade agrícola e silvícola. O plano admite ainda intervenções de cariz recreativo e de lazer.

O Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal constitui proteção física, visual e sonora das infraestruturas viárias e ferroviárias, como, materializa a separação entre diferentes usos do solo. Esta categoria de solo admite a atividade agrícola e florestal.

O PDM permite em solo rural a edificação e instalação de atividades industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos nos Espaços afetos a Atividades Industriais.

O Espaço afeto à Exploração de Recursos Geológicos integra as pedreiras, áreas de extração de caulinos, minas e outros espaços em que a atividade extrativa seja a principal atividade exercida.

Esclarecidas as características de cada categoria do solo urbano e do solo rural, estabelecidas pelo regulamento do Plano Diretor Municipal, procedemos à sua análise individual, através do número de licenças de construção.

A tabela seguinte demonstra o número de licenças de construção nos anos de 2015, 2016 e 2017, da qual se conclui, que mais de 70% das novas construções no concelho ocorrem, como expectável, no solo urbano, chegando este valor aos 90% em 2017.

Relativamente à sua variação neste período, verificamos duas dinâmicas distintas, pois entre 2015 e 2016 há um acréscimo de licenças em solo urbano, na ordem dos 23% e uma diminuição de 14% entre 2016 e 2017.

Tabela 11 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO								
CATEGORIA DO SOLO	2015	2016	2017	Variação % 2015-2016	Variação % 2016-2017	2015	2016	2017
	V/A	V/A	V/A			%	%	%
SOLO URBANO	179	220	190	23	-14	77	79	90
SOLO RURAL	54	58	20	7	-16	23	21	10
<b>TOTAL</b>	<b>233</b>	<b>278</b>	<b>210</b>					

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

A edificação no solo rural, comparativamente, com a edificação total do município, representa sensivelmente, 20% das licenças emitidas nos dois primeiros anos, contudo, em 2017 há uma redução para 10%.

No solo rural a dinâmica construtiva cresce entre 2015 e 2016 7%, diminuindo entre 2016 e 2017 16%, à semelhança do ocorrido neste ano para o solo urbano.

## 2.1. OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO

Pormenorizando a análise das licenças de construção emitidas para o município, no período em estudo, verificamos que é no Espaço Residencial I que se verifica o maior número de novas construções, 137 licenças em 2015, 167 em 2016 e 147 em 2017, representando mais de 75% das licenças emitidas para o solo urbano. É nesta categoria de espaço que se desenvolvem as principais funções de apoio à vivência e fixação de população.

As licenças de construção em Espaço de Atividades Económicas, representam 14%, 10% e 11%, no mesmo período. Entre 2015 e 2016 verifica-se uma diminuição de 16% de novas edificações e entre 2016 e 2017 um decréscimo menor, na ordem dos 5%.

Num Município de cariz fortemente industrial, como Oliveira de Azeméis, esta tendência de diminuição das licenças de construção em espaços de atividades económicas, poderá indiciar um abrandamento da dinâmica empresarial, a instalação de novas unidades empresariais/industriais em outras categorias de solo, menos vocacionadas para esta função, até porque continua a haver escassez de solo industrial atrativo, ou seja, devidamente infraestruturado, próximo dos eixos viários principais, com boas acessibilidades e adequado espaço público e com valores de solo competitivos.

TABELA 12 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO								
CATEGORIAS DO SOLO URBANO	2015	2016	2017	Variação %	Variação %	2015	2016	2017
	V/A	V/A	V/A	2015-2016	2016-2017	%	%	%
ESPAÇO CENTRAL I	5	15	11	200	-27	3	7	6
ESPAÇO CENTRAL II	11	15	9	36	-40	6	7	5
ESPAÇO ATIVIDADES ECONÓMICAS	25	21	20	-16	-5	14	10	11
ESPAÇO USO ESPECIAL - CIDADE	1	1	1	0	0	0	0	0.5
ESPAÇO USO ESPECIAL - LOUREIRO	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPAÇO RESIDENCIAL I	137	167	147	22	-12	77	76	77
ESPAÇO RESIDENCIAL II	0	0	1	0	100	0	0	0.5
ESPAÇO VERDE	0	1	1	100	0	0	0	0.5

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

O Espaço Central I, cuja delimitação corresponde à Cidade de Oliveira de Azeméis, foi o que teve uma maior variação, ou seja, aumentou em cerca de 200% as licenças de construção entre 2015 e 2016. Tendência que se inverte no período seguinte, com a diminuição de 27% das licenças de construção.

Nas categorias de Espaço de Uso Especial – Cidade, Espaço de Uso Especial – Loureiro e Espaço Verde, as licenças de construção emitidas têm uma representatividade residual, dado o seu destino preconizado pelo PDM. Estas categorias de solo constituem uma reserva de espaços, cujas características e localização, são primordiais para a instalação de equipamentos públicos, espaços públicos de recreio, lazer e cultura, ou que pela sua localização estratégica a nível regional têm potencialidade para a instalação de equipamentos e infraestruturas supramunicipais estruturantes.

A análise referente aos loteamentos, tabela 13, verifica que a esmagadora maioria, nos três anos em análise, ocorre em solo urbano, 71% em 2015, 100% em 2016 e 95% em 2017.

Relativamente, à dinâmica das licenças de construção patente na tabela seguinte, verifica-se, uma diminuição de 24 para 15 licenças, que corresponde a uma variação negativa de cerca de 38% entre 2015 e 2016. No período seguinte regista-se um aumento, de 15 para 22 licenças, o que representa um acréscimo de 47%.

Tabela 13 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO LOTEAMENTOS								
CATEGORIA DO SOLO	2015	2016	2017	Variação % 2015-2016	Variação % 2016-2017	2015	2016	2017
	V/A	V/A	V/A			%	%	%
SOLO URBANO	17	15	21	-12	40	71	100	95
SOLO RURAL	7	0	1	-100	100	29	0	5
<b>TOTAL</b>	<b>24</b>	<b>15</b>	<b>22</b>	<b>-38</b>	<b>47</b>			

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

Quando pormenorizamos ainda mais a análise, ao nível do uso das novas edificações nas categorias do solo urbano e do solo rural, percebemos qual a categoria de solo mais multifuncional e a representatividade de cada função nessa categoria.

O Espaço Residencial I é multifuncional, como demonstra a tabela 14, na qual se registam 8 usos diferentes. É a habitação que detém maior expressividade, pois em 2015 regista 89 licenças, em 2016 115 e em 2017 124 novas licenças de construção.

Nesta categoria de solo, o licenciamento de novas edificações para a atividade industrial, aparece em segundo lugar, com 15 licenças em 2015, aumenta para 22 em 2016 e diminui para 6 em 2017.

TABELA 14 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO					
USO/FUNÇÃO	ANO	ESPAÇO CENTRAL I	ESPAÇO CENTRAL II	ESPAÇO RESIDENCIAL I	ESPAÇO RESIDENCIAL II
COMÉRCIO	2015	1	1	4	
	2016		1	2	
	2017			2	
HABITAÇÃO	2015	4	5	89	
	2016	13	7	115	
	2017	7	8	124	1
COMÉRCIO + SERVIÇOS	2015		1	3	
	2016			2	
	2017	2		3	
INDÚSTRIA	2015		3	15	



RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

	2016	5	22
	2017		6
SERVIÇOS	2015	1	4
	2016		2
	2017	1	1
ARMAZÉM	2015		9
	2016	2	7
	2017	1	2
EQUIPAMENTO	2015		3
	2016	2	2
	2017		2
AGROFLORESTAL	2015		2
	2016		
	2017		
AGROPECUÁRIA	2015		5
	2016		9
	2017		6
HABITAÇÃO+COMÉRCIO+SERVIÇOS	2015		2
	2016		6
	2017	1	1

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

Todos os dados referentes ao comércio e serviços somados, registam uma tendência de decréscimo no Espaço Residencial I. Em 2015 há 13 licenças de construção para este uso, em 2016 este valor diminuiu para 12 e regista apenas 7 licenças em 2017.

O Espaço Residencial II é o espaço periférico ao centro da cidade, e que por isso possui características morfotípicas semelhantes, devido a loteamentos aprovados e compromissos assumidos, regista apenas 1 licença de construção para habitação em 2017.

Os espaços de atividades económicas são procurados, essencialmente e como expectável, para a instalação de unidades industriais, nos três anos em análise, como demonstra a tabela 15.

TABELA 15 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO URBANO

USO/FUNÇÃO	ANO	ESPAÇO ATIVIDADES ECONÓMICAS	ESPAÇO USO ESPECIAL CIDADE	ESPAÇO USO ESPECIAL LOUREIRO	ESPAÇO VERDE
COMÉRCIO	2015	1			
	2016				
	2017	1			

HABITAÇÃO	2015	1	
	2016		1
	2017		1
COMÉRCIO + SERVIÇOS	2015		
	2016	1	
	2017		1
INDÚSTRIA	2015	19	
	2016	16	
	2017	17	
ARMAZÉM	2015	4	
	2016	4	
	2017	2	
EQUIPAMENTO	2015		1
	2016		
	2017		

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

## 2.2. OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL

O solo rural de Oliveira de Azeméis, delimitado com base nos conceitos estabelecidos pelo Decreto-Regulamentar n.º 11/2009, de 29 de maio (revogado pelo Decreto-Regulamentar n. 15/2015, de 19 de agosto) estabelece que este solo destina-se, fundamentalmente, ao aproveitamento agrícola, pecuário e florestal, à exploração de recursos geológicos, a espaços de proteção ou de lazer, admitindo outros tipos de ocupação humana que não lhe confirmam estatuto de solo urbano.

Desde a publicação do PDM em 2013 e analisando os dados disponíveis a partir de 2015, constatamos que o número de licenças de construção em solo rural, rondam valores próximos de 20%, em 2015 e 2016, diminuindo este valor para 10% em 2017 (tabela 11).

Pormenorizando a análise da dinâmica edificatória no solo rural (tabela 16), concluímos que nos três anos de referência, verifica-se um maior número de licenças de construção, em duas categorias: no Espaço Agrícola, destinado preferencialmente à produção agrícola e no Espaço Florestal de Produção, com forte aptidão para utilizações intensivas de produção e aproveitamento de produtos florestais, onde o PDM admite atividades agrícolas ou silvícolas.

TABELA 16 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO RURAL

CATEGORIAS DO SOLO RURAL	2015	2016	2017	Variação % 2015-2016	Variação % 2016-2017	2015	2016	2017
	V/A	V/A	V/A			%	%	%
AGLOMERADO RURAL	0	0	0	0	0	0	0	0
ESPAÇO AGRÍCOLA	18	24	7	33	-71	33	41	35
ESPAÇO FLORESTAL DE CONSERVAÇÃO	0	6	1	600	-83	0	10	5
ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO	27	20	6	-26	-70	50	34	30
ESPAÇO FLORESTAL DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL	8	8	6	0	-25	15	14	30
ESPAÇO AFETO À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS	1	0	0	-100	0	2	0	0
ESPAÇO AFETO A ATIVIDADES INDUSTRIAIS	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>54</b>	<b>58</b>	<b>20</b>	<b>7</b>	<b>-66</b>			

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

Ao longo deste período não se registou qualquer pedido de licenciamento para os Aglomerados Rurais, nem para os Espaços afetos às Atividades Industriais diretamente ligadas ao aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais e geológicos.

Os três usos mais frequentes nas licenças de construção são, como a tabela 17 demonstra, para habitação indústria, armazéns e agropecuária, verificando-se um registo residual do comércio e serviços, equipamentos e edificações para apoio à atividade agroflorestal.

TABELA 17 - LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO - SOLO RURAL

USO/FUNÇÃO	ANO	ESPAÇO AGRÍCOLA	ESPAÇO FLORESTAL DE PRODUÇÃO	ESPAÇO FLORESTAL DE CONSERVAÇÃO	ESPAÇO DE USO MÚLTIPLO AGRÍCOLA E FLORESTAL	ESPAÇO AFETO À EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLÓGICOS
COMÉRCIO	2015				1	
	2016					
	2017		1			
HABITAÇÃO	2015	4	8		3	
	2016	8	6	4	4	
	2017	3	2	1	2	
COMÉRCIO SERVIÇOS	2015	2				
	2016	1	1	1		
	2017					
INDÚSTRIA	2015	3	10		3	
	2016	4	5		2	
	2017	2	1		2	
SERVIÇOS	2015		2			

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

	2016		1		
	2017				
ARMAZÉM	2015	4	4	1	1
	2016	2	3		
	2017			1	
EQUIPAMENTO	2015		1	1	
	2016			1	
	2017				
AGROFLORESTAL	2015	1	1		
	2016				
	2017		1		
AGROPECUÁRIA	2015	4	1		
	2016	9			
	2017	2	1	1	
HABITAÇÃO COMÉRCIO SERVIÇOS	2015				
	2016			1	
	2017				

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Cartografados

### 3. REABILITAÇÃO URBANA

A publicação da revisão do Plano Diretor Municipal, em fevereiro de 2013, introduziu uma estratégia de desenvolvimento territorial, onde se destaca a componente de contenção dos perímetros urbanos, o incentivo à reabilitação urbana e a salvaguarda patrimonial e identidade dos lugares.

Para prosseguir esta estratégia, estipula no n.º 4 do artigo 13º do regulamento, cabe ao Município, individualmente ou em parceria elaborar instrumentos de reabilitação ou regeneração urbana.

#### 3.1. ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA

Cumprindo os objetivos e procedimentos do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, o Município procedeu à delimitação de duas Áreas de Reabilitação Urbana, a do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis e a do Centro Vidreiro.

Tabela 18 – ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA		
	ARU DO CENTRO DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS	ARU DO CENTRO VIDREIRO
TIPO DE OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA	Sistemática	Sistemática
APROVAÇÃO DA DELIMITAÇÃO	Deliberação (extrato) n.º 955/2014	Aviso n.º 10728/2018
APROVAÇÃO DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA	Aviso n.º 11440/2016	Em elaboração

##### 3.1.1. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO DA CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Desde a publicação da Área de reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis em 2014, registou-se um aumento no número de processos de obras de conservação, como demonstra a tabela 19.

Os benefícios fiscais, assim como as reduções e isenções das taxas municipais são um bom incentivo à realização de obras de conservação dos imóveis.

TABELA 19 – PROCESSOS DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO			
2014	2015	2016	2017
8	5	10	12

Fonte: CMOA – Siga-nos

### 3.1.2. ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO CENTRO VIDREIRO

Dado que a publicação da delimitação da ARU do Centro Vidreiro aconteceu apenas este ano, 2018, ainda não é possível recolher indicadores.

## 3.2. REABILITAÇÃO FORA DE ARUS

A tendência crescente de reabilitação, não se verifica apenas nas Áreas de Reabilitação Urbana, a tabela seguinte, regista a evolução do número de processos de obras de conservação desde 2013 até 2017, verificando-se uma tendência anual de crescimento.

Entre 2014 e 2017 houve uma evolução positiva, na ordem dos 12%, de processos de obras de reabilitação.

TABELA 20 – PROCESSOS DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO			
2014	2015	2016	2017
272	278	293	305

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística – Processos Gestão Documental

Alerta-se que estas obras de conservação não são apenas do exterior dos edifícios principais de uma parcela de terreno. Aqui também estão contabilizados os processos de obras de conservação de interior, de anexos, de muros e outras, dado que a pesquisa na gestão documental não permite fazer pesquisa mais detalhadas, neste caso por tipo de obra de conservação.

### 3.3. INTERVENÇÕES EM ESPAÇO PÚBLICO

No que toca às intervenções de reabilitação em espaço público, e dos dados recebidos de outros gabinetes da Câmara Municipal, há a registar apenas os seguintes e que constam da tabela.

Ambos localizam-se na Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis.

TABELA 21 – INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO EM ESPAÇO PÚBLICO		
INTERVENÇÕES	ANO	OBSERVAÇÕES
PARQUE RADICAL	2014	700 m <sup>2</sup>
VIA PEDONAL E CICLÁVEL	2016	1 680 metros

Fonte: CMOA – Siga-nos

#### 4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO

O regulamento do PDM no artigo 48º estabelece, para efeitos de operacionalização da execução do PDM, três categorias:

- Solo urbano | A execução está dependente das operações urbanísticas privadas
- Solo rural | previstas no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação.
- Solo de urbanização programada/urbanizável | A execução será feita através de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG).

As unidades operativas de planeamento e gestão compreendem as áreas sujeitas a planeamento e gestão mais detalhados, materializadas através de planos de urbanização e de pormenor, assim como através de unidades de execução e programas de ação territorial.

O município de Oliveira de Azeméis possui em vigência três planos de urbanização de zonas industriais, dada a forte presença industrial no concelho.

TABELA 22 – INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO			
INSTRUMENTO DE GESTÃO TERRITORIAL	PUBLICAÇÃO	ÁREA	REPRESENTATIVIDADE MUNICIPAL
ZONA INDUSTRIAL DE LOUREIRO – UOPG 2	Aviso n.º 12249/2009, de 10 de julho	1 241 781 m <sup>2</sup>	0,8%
ZONA INDUSTRIAL DE NOGUEIRA DO CRAVO / PINDELO – UOPG 3	Aviso n.º 10153/2010, de 21 de maio	542 835 m <sup>2</sup>	0,3%
ZONA INDUSTRIAL DE COSTA MÁ – UOPG 4	Aviso n.º 12250/2009, de 10 de julho	90 057 m <sup>2</sup>	0,1%

Para além deste solo já programado, o PDM define que o solo de urbanização programada/urbanizável, inclui as áreas destinadas a expansão, tais como:

- Espaços Residenciais Iap (ER-Iap);
- Espaços Centrais II com UOPG;
- Espaço de Uso Especial Loureiro;
- Espaço de Atividades Económicas com UOPG.

O PDM estipula para a programação destas áreas, os horizontes temporais que constam na tabela 23.



Sempre que se verifique o incumprimento dos prazos estabelecidos, a reclassificação do solo urbano como solo rural é automática, assumindo para o efeito a categoria de Espaço de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal (n.º 5 do artigo 48º do Regulamento do PDM).

TABELA 23 – PROGRAMAÇÃO SOLO DE URBANIZAÇÃO PROGRAMADA/URBANIZÁVEL	
CATEGORIAS DO SOLO	HORIZONTE TEMPORAL
<b>ESPAÇOS RESIDENCIAIS IAP (ER-IAP)</b>	Prazo de 5 anos ( <i>terminus 2018</i> )
<b>ESPAÇOS CENTRAIS II</b>	Prazos de aprovação definidos em cada UOPG
<b>ESPAÇO DE USO ESPECIAL LOUREIRO</b>	Vigência do PDM para a sua programação
<b>ESPAÇO ATIVIDADES ECONÓMICAS</b>	Prazos de aprovação definidos em cada UOPG

Fonte: artigo 48º do Relatório PDM

As unidades operativas de planeamento e gestão definidas no regulamento do PDM, encontram-se agrupadas em três níveis de prioridade:

- Intervenções de nível I – contribuem para a estabilização dos sistemas de organização territorial, nomeadamente, o sistema de circulação e transporte e a afirmação do concelho.
- Intervenções de nível II – correspondem a áreas já programadas, cujos planos de urbanização já se encontram em vigor, e referidos anteriormente, ou seja, UOPG 2, UOPG 3 e UOPG 4.
- Intervenções de nível III – correspondem à qualificação programada para a prossecução da estratégia do plano.

Nas duas tabelas seguintes, estão elencadas as intervenções de nível I e nível II, e o respetivo ponto de situação para a sua programação, como preconizada pelo Plano Diretor Municipal.

TABELA 24 – PONTO DE SITUAÇÃO DAS INTERVENÇÕES DE NÍVEL I (2017)

INTERVENÇÃO	INSTRUMENTO DE EXECUÇÃO	PRAZO	PONTO DE SITUAÇÃO 2017
<b>VIA DO SUDOESTE</b>	Unidades de execução	Projetos de execução até 2016	Não cumprido
<b>UOPG 1 – CIDADE DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS (6 FASES)</b>	A definir entre: Planos de Pormenor, Unidades de execução, Projetos de execução	A estipular nos programas anuais	
<b>FASE 1</b>			
1.1. Projeto e Execução do Nó Norte com o IC2			Não cumprido
1.2. Projeto e Execução do Nó Centro com o IC2			Não cumprido
1.3. Projeto e Execução da Ligação do Troço 3 à Rua Dr. Ângelo Marques Pinheiro			Não cumprido
1.4. Conclusão da ligação da Rua Dr. Ângelo Marques Pinheiro à Av. Ernesto Pinto Basto			Não cumprido
1.5. Projeto e Execução da Ligação do Nó Centro com o IC2 à Rua Francisco Abreu e Sousa			Não cumprido
1.6. Projeto e execução da Ligação do Troço 7 à Rua Manuel Rodrigues			Não cumprido
<b>FASE 2</b>			
2.1. Projeto e Execução da Ligação IC2 – Parque do Cercal;			Não cumprido
2.2. Projeto e Execução da Alteração da Rua de Santo António (Silvares)			Não cumprido
2.3. Projeto e Execução do Parque de Estacionamento Central			Não cumprido
2.4. Projeto e Execução do Parque de Estacionamento do Parque de La-Salette			Não cumprido
<b>FASE 3</b>			
3.1. Projeto e Execução de via de ligação entre Rua Cinco de Janeiro e Rua Luís de Camões			Não cumprido
3.2. Projeto e Execução da requalificação da Travessa 5 de Janeiro			Não cumprido
3.3. Projeto e Requalificação da Rua do Marco			Não cumprido
3.4. Projeto e Execução de via de ligação entre Rua Dr. Silva Lima à Rua Francisco Abreu e Sousa			Não cumprido
<b>FASE 4</b>			
4.1. Projeto e Execução de via de ligação entre Rua Francisco Abreu e Sousa e o novo acesso ao Parque do Cercal;			Não cumprido
4.2. Projeto e Execução da requalificação da Rua e Travessa Manuel Alegria, Rua Artur Costa Sousa Pinto Basto e Rua Francisco Abreu e Sousa			Não cumprido
<b>FASE 5</b>			
5.1. Acesso Pedonal ao Parque La-Salette (Ruas Conselheiro Boaventura Sousa, Araújo e Silva, Padre Alípio Melo, Sampaio Maia);			Não cumprido
5.2. Projeto e Execução de via de ligação entre a Rotunda da Subestação de Figueiredo à Rotunda Sul da Rua Manuel Costa Pereira;			Projeto em elaboração
5.3. Projeto e Execução do Parque da Abelheira;			Não cumprido
5.4. Projeto e Execução do Novo Mercado Municipal e Central de Transportes.			Não cumprido
<b>FASE 6</b>			
6.1. Projeto e Execução do Parque de Silvares;			Não cumprido
6.2. Projeto e Execução do Parque de Figueiredo.			Não cumprido
6.3. Passagem Desnivelada em Fonte Joana.			Não cumprido

Fonte: Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos

TABELA 25 – INTERVENÇÕES DE NÍVEL III

	TERMOS DE REFERÊNCIA	PROPOSTA DE PLANO	CONFERÊNCIA DE SERVIÇOS	DISCUSSÃO PÚBLICA	PUBLICAÇÃO DIÁRIA DA REPÚBLICA	ENTRADA EM VIGOR
UOPG 5 - PLANO DE PORMENOR DO PARQUE URBANO DE SÃO ROQUE	Não elaborado	Não elaborado	X	X	X	Fevereiro 2021
UOPG 6 - PLANO DE URBANIZAÇÃO PARA O ESPAÇO CENTRAL DE NOGUEIRA DO CRAVO	Não elaborado	Não elaborado	X	X	X	Fevereiro 2020
UOPG 7 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DO LUGAR DA LOUSA - PINDELO	Não elaborado	Não elaborado	X	X	X	Fevereiro 2020
UOPG 8 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DO NORDESTE	✓	X	X	X	X	Fevereiro 2018
UOPG 9 - PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL DO MANICA	✓	✓	✓	X	X	Fevereiro 2016
UOPG 10 - PLANO DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL DO CAIMA	X	X	X	X	X	Fevereiro 2016
UOPG 11 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DE UL	✓	X	X	X	X	Fevereiro 2018
UOPG 12 - RECONVERSÃO DA LINHA DO VOUGA	Não elaborado	Não elaborado	X	X	X	Fevereiro 2018
UOPG 13 - PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DE MOROIÇO	Não elaborado	Não elaborado	X	X	X	Fevereiro 2020

Fonte: Núcleo de Competências de Planeamento e Projetos

## 5. INFRAESTRUTURAS URBANAS

### 5.1. SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SERVIÇO DE SANEAMENTO

Desde março de 2014 a Empresa Indáqua é a responsável pela gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de recolha, e de tratamento e rejeição de águas residuais, no Município, de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, celebrado em julho de 2013, entre as duas entidades.

A empresa concessionária tem atualmente, sob a sua gestão cerca de 399,6 km de rede de abastecimento de água e 15,8 km de adutoras e 188km de rede de saneamento de águas residuais.

Desde o início da concessão, 2014, a empresa tem aumentado o número de clientes quer no serviço de fornecimento de água, quer no serviço de saneamento de águas residuais, como demonstra a tabela seguinte.

TABELA 26 – CLIENTES INDÁQUA					
TIPO DE SERVIÇO	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO 2014-2017
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	15 338	15 874	16 438	17 001	10,8%
TRATAMENTO ÁGUAS RESIDUAIS	8 243	8 814	9 379	9 905	20,1%

Fonte: Relatório de Contas 2017 - Indáqua

A tabela 27, demonstra a proporção de alojamentos servidos com abastecimento de água e com drenagem de águas residuais, comparativamente com a região norte e Portugal Continental, demonstrando que Oliveira de Azeméis está aquém dos valores regionais e nacionais e com uma tendência evolutiva estagnada.

TABELA 27 – PROPORÇÃO DE ALOJAMENTO SERVIDOS (%)				
TIPO DE SERVIÇO	2013	2014	2015	2016
<b>ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>				
PORTUGAL CONTINENTE	95,2	95,5	95,9	96,2
REGIÃO NORTE	92,1	92,6	93,3	93,7
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	72	72	72	72
<b>DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS</b>				
PORTUGAL CONTINENTE	82,5	83,1	83,9	84,7
REGIÃO NORTE	73,4	74,1	75,1	76
OLIVEIRA DE AZEMÉIS	42	43	43	43

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas/vertente física e de funcionamento

## 5.2. ÁGUA SEGURA

Este indicador pretende aferir a qualidade da água para consumo humano, e a percentagem de água segura no município de Oliveira de Azeméis é mais de 98% no período em análise, este é considerado um valor de excelência.

TABELA 28 - ÁGUA SEGURA				
2013	2014	2015	2016	2017
98,8%	98,5%	98,4%	99,7%	99,8

Fonte: Pordata e “Relatório de Contas 2017” – Indáqua

## 6. MOBILIDADE URBANA

### 6.1. PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE

TABELA 29		
OBJETIVOS	MEDIDAS DO PLANO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE	IMPLEMENTADAS
1.1. Sensibilização dos cidadãos	1.1.1. Selo Azeméis Integra	✓
	1.1.2. Prémio de Mérito Municipal	✓
	1.1.3. Sensibilização em ambiente escolar	
1.2. Informar os diversos agentes e o público com necessidades especiais	1.2.1. Edição e publicação de guias e manuais	
	1.2.2. Manter atualizada a página oficial do município dando resposta às questões da infoaccessibilidade e disponibilizando informação sobre os direitos em matéria de acessibilidade	
1.3. Formação de técnicos	1.3.1. Formação específica para técnicos de comunicação e imagem	
	1.3.2. Formação específica para fiscais	
	1.3.3. Formação específica para projetistas	
2.1. Criar parcerias locais	2.1.1. Comissão Municipal da Deficiência	✓
	2.1.2. Tentativa de parcerias para implementação das obras	
3.1. Acessibilidade no Espaço Público	3.1.1. Publicação dos planos municipais de ordenamento do território	
	3.1.2. Elaboração dos projetos de requalificação do espaço público em áreas prioritárias (centros das freguesias, envolvente de equipamentos, zonas industriais), viabilizando percursos acessíveis	✓
	3.1.3. Publicitação prévia das intervenções das Autarquias Locais	
3.2. Acessibilidade nos espaços edificados que recebem público	3.2.1. Identificação do cumprimento das normas nos edifícios públicos	
	3.2.2. Elaboração de projetos de adaptação dos edifícios municipais	
	3.2.3. Promoção de parcerias com entidades responsáveis por equipamentos públicos ou de utilização pública, para adaptação das suas instalações	
3.3. Acessibilidade no parque habitacional	3.3.1. Apoio na elaboração de projetos de adaptação de edifícios particulares	
3.4. Acessibilidade em ambiente de trabalho	3.4.1. Promoção de vistorias de sensibilização, com eventual parceria para resolução de questões no espaço público	

4.1. Verificação do cumprimento da legislação	4.1.1. Verificação dos planos de acessibilidade em todas as operações urbanísticas	
	4.1.2. Clarificação da posição do município face à jurisprudência atual em matéria de acessibilidade	
	4.1.3. Fiscalização orientada para a promoção da acessibilidade	✓
	4.1.4. Aplicação das sanções / coimas previstas na lei, como medida de fomento da aplicação das normas de acessibilidade	
5.1. Acessibilidade nas paragens e transbordo dos transportes públicos	5.1.1. Revisão das redes e circuitos, estudando as melhores localizações para apeadeiros acessíveis	
5.2. Renovação/ adaptação de veículos	5.2.1. Promoção de contactos com operadores de transportes públicos (autocarros, comboio, táxis) visando a qualificação das frotas	

## 6.2. REDE VIÁRIA EXISTENTE

A gestão da rede viária é uma das muitas competências e responsabilidades do Município, fundamentalmente, da rede viária municipal, e por isso é importante aferir o investimento anual na conservação e manutenção nas infraestruturas viárias.

A tabela seguinte demonstra os valores anuais de manutenção da rede viária existente, desde 2013 até 2017.

TABELA 30 – MANUTENÇÃO DAS VIAS					
	2013	2014	2015	2016	2017
<b>QUILÓMETROS DE MANUTENÇÃO</b>	3,2 km	*	*	*	*
<b>CUSTO DE MANUTENÇÃO</b>	47 834 €/km	*	*	*	*

Fonte: Divisão Municipal de Empreitadas e Concessões

\*Dados solicitados e não rececionados à data da elaboração deste documento

## 6.3. NOVA REDE VIÁRIA

Ao longo destes 4 anos, não se iniciou qualquer procedimento para a execução da rede viária programada no Plano Diretor Municipal como consta na tabela seguinte.

TABELA 31 - REDE VIÁRIA PREVISTA NO PDM 2013					
VIA	EXTENSÃO DA VIA PREVISTA	EXTENSÃO DA VIA EXECUTADA			
		2014	2015	2016	2017
<b>VIA DO SUDOESTE</b>	11 460 m				
1.1.	239 m				
1.2.	699 m				
1.3. e 1.4.	457 m				
1.5.	837 m				
1.6.	183 m				
2.1.	1 087 m				
2.2.	1 129 m				
3.1.	486 m				
3.2.	485 m				
3.3.	358 m				
3.4.	388 m				
4.1.	1 005 m				
4.2.	681 m				
5.1.	1 072 m				
6.3.	355 m				
<b>TOTAL</b>	20 921 m				

Fonte: Núcleo de competências de Planeamento e Projetos

Na tabela 32 encontram-se registados os dados referentes à execução de rede viária, não prevista na programação do Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis, porém importante.

TABELA 32 - REDE VIÁRIA NÃO PREVISTA NO PDM 2013								
DESIGNAÇÃO	EXTENSÃO DA VIA				EXTENSÃO DA VIA EXECUTADA			
	2014	2015	2016	2017	2014	2015	2016	2017
<b>VIAS DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL</b>	8 123 m	*	*	*	1 848 m 23%	*	*	*
<b>VIA INSERIDA NA ÁREA DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL</b>	544 m	*	*	*	544 m 100%	*	*	*
<b>TOTAL</b>	8 667 m				2 392 m			

Fonte: Núcleo de competências de Planeamento e Projetos

\*Dados solicitados e não rececionados à data da elaboração deste documento



## 7. QUALIDADE DO AMBIENTE

### 7.1. RESÍDUOS

Melhorar a qualidade de vida da população é um dos objetivos plasmados no “Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública do Município de Oliveira de Azeméis”, que preconiza um novo sistema municipal de gestão dos resíduos sólidos urbanos e higiene pública, que permita caminhar no sentido de um desenvolvimento sustentado do município.

A tabela seguinte demonstra oscilações nas toneladas recolhidas anualmente, assim como as toneladas por habitante, e estes valores demonstram que não tem havido uma redução de resíduos sólidos urbanos por habitante, indicador preocupante.

TABELA 33 RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECOLHIDOS					
	2013	2014	2015	2016	2017
<b>TONELADAS</b>	21 863	22 285	21 824	21 990	22 354
<b>TONELADAS / HABITANTE</b>	0,32	0,32	0,31	0,31	0,32

Fonte: Núcleo de Competências de Gestão de Serviços Urbanos

Por outro lado a reciclagem das embalagens tem vindo a ganhar cada vez mais importância na boas práticas ambientais nacionais e locais, tendo o regulamento, anteriormente referido, a preocupação promover uma política energética baseada no aproveitamento racional e sustentado dos recursos renováveis, segundo o princípio de “Reduzir – Reutilizar – Reciclar”, bem como na racionalização do consumo. É disto prova, os registos da tabela que se segue.

TABELA 34 RECICLAGEM SEGUNDO O TIPO DE MATERIAL DA EMBALAGEM										
	2013		2014		2015		2016		2017	
	TONELADAS	%	TONELADAS	%	TONELADAS	%	TONELADAS	%	TONELADAS	%
<b>VIDRO</b>	839	56%	828	63%	809	53%	814	51%	838	53%
<b>PAPEL</b>	406	27%	406	31%	387	25%	393	25%	399	26%
<b>PLÁSTICO</b>	256	17%	87	6%	340	22%	376	24%	332	21%
<b>TOTAL</b>	1 501	100%	1 321	100%	1 536	100%	1 583	100%	1 569	100%

Fonte: Núcleo de Competências de Gestão de Serviços Urbanos

## 7.2. RUÍDO

*Desde 2014, até ao presente ano, não foram elaborados relatórios sobre a recolha de dados acústicos, nem implantadas infraestruturas de transportes, ou realizadas outras intervenções no concelho de Oliveira de Azeméis que, pela dimensão ou complexidade, tenham alterado significativamente o campo sonoro do território concelhio. Desta forma, considera-se que se mantém atual a situação descrita nos mapas de ruído do concelho do PDM de Oliveira de Azeméis. (Relatório do Ambiente Acústico, 2016)*

**QUADRO 3 - LISTAGEM DA APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DAS CONCLUSÕES DA ATUALIZAÇÃO DO MAPA DE RUÍDO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS,**

<b>PDM Município de Oliveira de Azeméis – Atualização - novembro de 2008</b>
<p>As principais fontes de ruído, em termos de extensão da área sob a sua influência sonora, até 65dB(A) para o parâmetro Lden e 55dB(A) para o parâmetro Ln, são o tráfego rodoviário gerado pelas principais rodovias do Município, nomeadamente o IC2, a EN 227 e a variante EN 224. Para o parâmetro Lden, com cerca de 100m (Pinheiro da Bemposta), 15m (Nogueira do Cravo) e 40m (Loureiro), respetivamente. Para o parâmetro Ln, com cerca de 129m (Pinheiro da Bemposta), 15m (Nogueira do Cravo) e 30m (Loureiro), respetivamente.</p> <p>Como seria de esperar, principalmente nestes eixos rodoviários, verifica-se um decréscimo dos valores do parâmetro Lden relativamente ao Ln com valores, de uma forma geral, inferiores a 10dB(A). No entanto, os valores de Lden e Ln são ainda suficientemente elevados para se prever que, quando houver classificação de zonas, o período noturno seja o mais problemático em termos de situações não regulamentares.</p> <p>As restantes vias apresentam áreas de influência, até 65dB(A) para o parâmetro Lden e 55dB(A) para o parâmetro Ln, desde os 10m aos 30m para o parâmetro Lden e relativamente ao Ln 10m aos 30m. A título de exemplo:</p> <p>Para Lden:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 10m: Via do Nordeste (São Roque);</li> <li>- 0m: EM 533 (Cucujães)</li> <li>- 5m: EN 224-1 (Carregosa);</li> <li>- 13m: EN 327 (Fajões e Macieira de Sarnes);</li> <li>- 30m: EX-EN1 (Oliveira de Azeméis), EN224 variante (Ossela), EN224 (UI), EN327 (Cucujães)</li> </ul> <p>Para Ln:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 0m: EM 533 (Cucujães),</li> <li>- Via do Nordeste (São Roque);</li> <li>- 0m: EN 224-1 (Carregosa);</li> <li>- 5m: EN 327 (Fajões e Macieira de Sarnes);</li> <li>- 20m: EX-EN1 (Oliveira de Azeméis), EN224 variante (Ossela), EN224 (UI), EN327 (Cucujães)</li> </ul> <p>As vias situadas no centro urbano do município apresentam períodos de tráfego intenso, situação que se traduz em níveis de ruído que variam, sensivelmente, entre 65 dB(A) e 75 dB(A), durante o período diurno, e 55 dB(A) e 60 dB(A), durante o período noturno.</p> <p>Embora estes eixos rodoviários comportem um volume de tráfego inferior ao que comportam outros eixos referidos anteriormente, caracterizam-se por apresentar velocidades de circulação inferiores às verificadas nos eixos rodoviários atrás mencionados. Esta situação potencia significativamente a emissão de ruído para o ambiente, afetando com alguma intensidade as habitações de ocupação humana existentes na proximidade destas vias, uma vez que no interior dos aglomerados urbanos, devido ao intervalo de velocidades existente, o ruído tem origem, quer devido ao funcionamento do motor, quer devido à circulação, sendo que fora dos aglomerados urbanos a fonte predominante é a circulação.</p> <p>A via-férrea do Vale do Vouga apresenta níveis de ruído que variam entre os 50 dB(A) e os 56 dB(A), e apesar de originar níveis sonoros bastante inferiores aos gerados pelos principais eixos rodoviários é também considerada uma fonte ruidosa uma vez que, afeta certas zonas onde não existem outras fontes de ruído, além de passar na proximidade de habitações.</p> <p>Com respeito às áreas industriais modeladas, as mesmas não apresentam, na generalidade, impacte sonoro para o exterior, nomeadamente edifícios residenciais.</p>

Fonte: Relatório do Ambiente Acústico - 2014

*“Face aos resultados apresentados no quadro 1, do Mapa de Ruído do PDM de Oliveira de Azeméis, ainda não foi elaborado o respetivo Plano Municipal de Redução de Ruído, que deverá considerar para as principais fontes sonoras identificadas, não só a sua emissão sonora, mas também a sua extensão, uma vez que, correspondem, em particular, ao tráfego rodoviário gerado pelas principais rodovias do Município. No entanto, as vias em questão são o IC2, a EN 227 e a variante EN 224 que, por integrarem a Rede Viária Nacional, estão sob a responsabilidade das Estradas de Portugal, que é uma entidade que, no âmbito das suas competências, promove esses planos e a execução das medidas de minimização que identifica como adequadas. De qualquer forma, o centro urbano da cidade de Oliveira de Azeméis carece da implementação de medidas de atenuação da emissão sonora do tráfego rodoviário por parte do Município.” (Relatório do Ambiente Acústico, 2014)*

De acordo com o Regulamento do PDM, artigo 11º, para efeitos de aplicação do Regulamento Geral do Ruído, as zonas sensíveis serão delimitadas em sede de as Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), considerando-se, na ausência destes instrumentos, todo o solo urbano como zona mista, com exceção dos espaços de atividades económicas que não carecem de zonamento acústico.

Posto isto, e dado que nenhuma das UOPG previstas no Plano Diretor Municipal, ou outras, não se concretizaram, não houve qualquer delimitação de zonas sensíveis.

## 8. COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL

### 8.1. SAÚDE

O Hospital de São Miguel, inaugurado em 1875, localiza-se na sede do concelho e atualmente integra o Centro Hospital de Entre Douro e Vouga, juntamente com o Hospital São Sebastião, em Santa Maria da Feira e o Hospital de São João da Madeira.

Apesar da tabela seguinte indicar um aumento do número de médicos ao longo dos 5 anos, não poderemos considerar que seja uma melhoria, uma vez que, como vimos no capítulo da dinâmica demográfica, o concelho de Oliveira de Azeméis tem registado uma diminuição da população.

Neste contexto, é preocupante a diminuição do número de enfermeiros por cada 1 000 habitantes, ou seja, a diminuição efetiva destes profissionais é maior que a registada.

**TABELA 35 – PESSOAL AO SERVIÇO NO HOSPITAL (por 1 000 habitante)**

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>MÉDICOS</b>	1,8	1,9	2	2,1	2,2
<b>ENFERMEIROS</b>	3,8	3,8	3,5	3,7	*

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2013, 2014, 2015, 2016)

\*Dados não publicados

A taxa de ocupação das camas no hospital, em 2013 encontrava-se próximo de 90%, valor que viria a diminuir para 80% no ano seguinte e novamente em 2015 para 75%.

Relativamente aos internamentos, verifica-se uma tendência na ordem dos 20 por casa 1 000 habitantes (tabela 37).

**TABELA 36 – CAMAS HOSPITAL**

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>CAMAS (1 000 HABITANTE)</b>	0,6	0,6	0,6	0,6	*
<b>TAXA DE OCUPAÇÃO DE CAMAS</b>	89%	80%	75%	*	*

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2013, 2014, 2015, 2016)

\*Dados não publicados

TABELA 37 – ATENDIMENTO NO HOSPITAL

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>INTERNAMENTOS POR 1 000 HABITANTES</b>	23,9	23,8	22,1	*	*
<b>CONSULTAS POR HABITANTE</b>	0,2	0,2	0,2	*	*

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2013, 2014,2015,2016)

\*Dados não publicados

## 8.2. TURISMO

A oferta de alojamento turístico em Oliveira de Azeméis é parca, quer quando consideramos o número de alojamentos, quer quando procuramos variedade no tipo de empreendimento turístico.

O município conta apenas com um hotel, localizado no centro da cidade, e um alojamento local, em 2013 e 2014, aos quais se soma em 2015 2 alojamentos de turismo no espaço rural e turismo de habitação. Contudo este número fica reduzido a um no ano seguinte.

TABELA 38 – ALOJAMENTOS TURÍSTICOS

	2013	2014	2015	2016	2017
<b>HOTELARIA</b>	1	1	1	1	*
<b>ALOJAMENTO LOCAL</b>	1	1	1	1	*
<b>TURISMO NO ESPAÇO RURAL E TURISMO DE HABITAÇÃO</b>	0	0	2	1	*

Fonte: Anuário Estatístico Região Norte (2013, 2014,2015,2016)

\* Dados não publicados

Segundo o Anuário da Região Norte de 2016, publicado pelo INE, os alojamentos turísticos de Oliveira de Azeméis registaram uma taxa de ocupação/cama de 34%, e um número de hóspedes de cerca de 16 600, cuja estada média se registou em 2,4 noites.

Seria interessante comparar esta informação, com os dados de anos anteriores e pormenorizar a análise, no que diz respeito à distribuição destes “visitantes” pelo tipo de alojamentos turísticos, contudo os anuários de 2013, 2014 e 2015, não possuem estes registos para o município de Oliveira de Azeméis.

## 9. RECURSOS NATURAIS

### 9.1. RESERVA AGRÍCOLA NACIONAL - RAN

A Reserva Agrícola Nacional é uma restrição de utilidade pública, cujo respetivo regime territorial estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, e constitui um instrumento de disponibilização do solo agrícola e de valorização da paisagem.

A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

O Regime Jurídico da Reserva Agrícola Nacional estabelece que as áreas que tenham sido excluídas da RAN, aquando da revisão do PDM, são reintegradas<sup>6</sup>, no todo ou em parte, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão, caso a obra ainda não se tenha iniciado no prazo da execução do plano.

A reintegração verificar-se-á ainda, quando caducarem os prazos de projetos com títulos válidos para a sua execução.

Apesar das áreas de RAN estarem preferencialmente afetadas à atividade agrícola e serem áreas *non aedificandi*, o regime jurídico prevê a utilização destas áreas para outros fins<sup>7</sup>, desde que não causem graves prejuízos para os objetivos desta reserva e não exista alternativas técnicas, económicas, ambientais e culturais viáveis, fora dos solos da RAN.

Estão previstas utilizações de áreas de RAN para, nomeadamente:

- Obras com finalidade agrícola;
- Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente de agricultores;
- Construção ou ampliação de habitação para residência própria e permanente dos proprietários, com limites de áreas e tipologias estipulados no regime de habitação a custos controlados
- Instalações ou equipamentos para produção de energia a partir de fontes de energia renováveis;
- Estabelecimentos industriais, comerciais ou de serviços complementares à atividade agrícola;
- Empreendimentos turísticos no espaço rural e de turismo de habitação e turismo de natureza;
- Instalações de recreio e lazer complementares à atividade agrícola e ao espaço rural;
- Obras e intervenções de salvaguarda de património cultural;

<sup>6</sup> artigo 18º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 setembro

<sup>7</sup> artigo 22º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 setembro

- Obras de construção, requalificação ou beneficiação de infraestruturas públicas rodoviárias, ferroviárias, de saneamento, de transporte e distribuição de energia elétrica, de abastecimento de gás e de telecomunicações;
- Obras de reconstrução e ampliação de construções existentes desde que estas já se destinassem e continuem a destinar-se a habitação própria.

Dada a possibilidade de dinâmica da RAN, é pertinente aferir a sua evolução no Município, porém, entre 2013 e 2017 não se registou qualquer alteração aos 25 921 178 m<sup>2</sup> de RAN, que representam cerca de 16% do território de Oliveira de Azeméis.

As tabelas seguintes dão nota dos pedidos de utilização não agrícola, no âmbito de processos de aprovação, licença, autorização administrativa ou comunicação prévia, feitos anualmente à entidade regional da RAN.

**TABELA 39 – PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA (N.º)**

2013	2014	2015	2016	2017
1	4	7	2	1

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística e Siga-nos

**TABELA 40 – ÁREA E USOS DOS PEDIDOS DE UTILIZAÇÃO NÃO AGRÍCOLA DEFERIDOS**

ANO	ÁREA m <sup>2</sup>	USO
2013	50	Anexo agrícola
2014	588	Armazém e estufa
	273,4	Anexos de apoio agrícola
	790	Edifício apoio agrícola
	200	Habitação e acessos
2015	1556,88	Ampliação instalações agropecuárias
	1072	Construção de aviário
	778	Alpendres de apoio agrícola + silos + ampliação vacaria
	428	Parque de gado/estrumeira
	100	Armazém agrícola
	120	Construção de anexo para arrumos e alfaias agrícolas e abrigo dos animais
2016	390,70	Instalação de exploração agrícola
	429,91	Construção de exploração agropecuária
2017	270	Construção de exploração agropecuária
	1 556,88	Ampliação de instalações agropecuárias

Fonte: CMOA - Gestão Urbanística

É ainda de dar nota, que no ano de 2014 foi concedido pelo então Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade e pelo Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, o reconhecimento de relevante interesse público para utilização não agrícola<sup>8</sup>, da implantação com 7 440 m<sup>2</sup> da unidade industrial de valorização de biomassa florestal, da empresa Ibero Massa Florestal Lda., através do Despacho n.º 2393/2014.

## 9.2. RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL - REN

A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. Integram a REN as áreas de proteção do litoral, áreas relevantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre e áreas de prevenção de riscos naturais.

É uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo.

À semelhança do regime jurídico da RAN, o da REN<sup>9</sup> também prevê a reintegração de áreas que tenham sido excluídas desta reserva, no todo ou em parte, aquando dos procedimentos de delimitação, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão.

Em áreas de reserva ecológica nacional poderão ser autorizadas utilizações ou ações que sejam compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e a prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas em REN.<sup>10</sup>

Neste âmbito, em 2014 foi autorizada pelos serviços de ordenamento do território da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a criação de infraestruturas de apoio a pedreira de granito, na freguesia de Ossela, desde que não implique alterações significativas da topografia do terreno.

À semelhança da RAN, a REN não teve qualquer alteração na sua delimitação, verificando-se os 57 872 006 m<sup>2</sup> iniciais, até à data de elaboração do presente documento.

---

<sup>8</sup> artigo 25º do Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 setembro

<sup>9</sup> artigo 18º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro

<sup>10</sup> Artigo 20º do Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro



### 9.3. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL – EEM

A Estrutura Ecológica Municipal tem como objetivos a preservação e a promoção das componentes ecológicas e ambientais do território, assegurando a defesa e a valorização dos espaços naturais e dos elementos patrimoniais relevantes, a proteção de zonas de maior sensibilidade biofísica e a promoção dos sistemas de recreio e lazer.

A EEM estabelece corredores verdes transversais entre o solo urbano e o solo rural, potenciando as funções ecológicas, é disso exemplo a Paisagem Protegida Local do Rio Antuã Regulamento n.º 221/2011, de 4 de abril).

#### 9.3.1. FAUNA E FLORA DA EEM

Na área da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã (PPLRA) a vegetação espontânea do local, alterada fortemente pela ação do homem, apresenta baixa diversidade florística, sendo marcante a ocupação progressiva da área florestal por espécies invasoras como as acácias (*Acacia cyanophylla*), as mimosas (*Acacia dealbata*), as austrálias (*Acacia melanoxylon*) e o eucalipto-comum (*Eucalyptus globulus*).<sup>11</sup>

Através de saídas de campo foi possível identificar as principais espécies da flora presente na Paisagem Protegida Local do Rio Antuã, como consta da tabela seguinte.

TABELA 41 – PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÃ

FLORA			
<i>Acacia cyanophylla</i>	<i>Erica scoparia</i>	<i>Phragmites australis</i>	<i>Taraxum officinalis</i>
<i>Acacia dealbata</i>	<i>Erigerom canadensis</i>	<i>Pinus pinaster</i>	<i>Ulex europaeus</i>
<i>Acacia melanoxylon</i>	<i>Eucalyptus globulus</i>	<i>Platanus orientalis</i>	<i>Ulmus procera</i>
<i>Aesculus hippocastanum</i>	<i>Festuca sp</i>	<i>Populus alba</i>	<i>Umbilicus rupestris</i>
<i>Alnus glutinosa</i>	<i>Ficus carica</i>	<i>Portulaca oleracea</i>	<i>Urtica dioica</i>
<i>Arbutus unedo</i>	<i>Foeniculum vulgare</i>	<i>Pteridium aquilinum</i>	<i>Vitis ninigera</i>
<i>Arum italicum</i>	<i>Fragaria vesca</i>	<i>Quercus pyrenaica</i>	<i>Zea mays</i>
<i>Baccharis trimera</i>	<i>Frangula alnus</i>	<i>Quercus robur</i>	
<i>Betula celtiberica</i>	<i>Fraxinus angustifolia</i>	<i>Quercus suber</i>	
<i>Calluna vulgaris</i>	<i>Ilex aquifolium</i>	<i>Rosmarinus officinalis</i>	
<i>Cistus ladanifer</i>	<i>Laurus nobilis</i>	<i>Rubus ulmifolius</i>	
<i>Crataegus monogyna</i>	<i>Nepeta Cataria</i>	<i>Salix atrocinerea</i>	
<i>Cyperus longus</i>	<i>Papaver rhoeas</i>	<i>Salix carprea</i>	
<i>Cytisus scoparius</i>	<i>Parietaria judaica</i>	<i>Salix fragilis</i>	

<sup>11</sup> “Caracterização da Área da Proposta de Criação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã” (2010)

*Cytisus striatus*                      *Parietaria officinalis*                      *Salix viminalis*  
*Digitalis purpurea*                      *Phalaris arundinacea*                      *Sedum forsterianum*

Fonte: “Caracterização da Área da Proposta de Criação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã”

Foram inventariadas as 93 espécies de fauna vertebrada identificadas na tabela 42.

TABELA 42 –PAISAGEM PROTEGIDA LOCAL DO RIO ANTUÃ			
FAUNA			
<i>Alytes obstetricans</i>	<i>Alauda arvensis</i>	<i>Falco tinnunculus</i>	<i>Turdus merula</i>
<i>Bufo Bufo</i>	<i>Alcedo atthis</i>	<i>Fringilla coelebs</i>	<i>Turdus viscivorus</i>
<i>Bufo calamita</i>	<i>Alectoris rufa</i>	<i>Fulica atra</i>	<i>Tyto alba</i>
<i>Chioglossa lusitanica</i>	<i>Anas platyrhynchos</i>	<i>Gallinula chloropus</i>	<i>Apodemus sylvaticus</i>
<i>Discoglossus galganoi</i>	<i>Apus apus</i>	<i>Garrulus glandarius</i>	<i>Crocidura suaveolens</i>
<i>Hyla arborea</i>	<i>Aquila chrysaetos</i>	<i>Hieraaetus fasciatus</i>	<i>Eptesicus serotinus</i>
<i>Hyla arborea</i>	<i>Aquila chrysaetos</i>	<i>Hirundo rustica</i>	<i>Erinaceus europaeus</i>
<i>Rana iberica</i>	<i>Ardea cinerea</i>	<i>Miliaria calandra</i>	<i>Genetta genetta</i>
<i>Rana pereti</i>	<i>Athene noctua</i>	<i>Milvus migrans</i>	<i>Lepus granatensis</i>
<i>Salamandra salamandra</i>	<i>Bubo bubo</i>	<i>Monticulla solitarius</i>	<i>Lutra lutra</i>
<i>Triturus marmoratus</i>	<i>Buteo buteo</i>	<i>Motacilla alba</i>	<i>Meles meles</i>
<i>Anguis fragilis</i>	<i>Carduelis cannabina</i>	<i>Motacilla cinerea</i>	<i>Mustela nivalis</i>
<i>Chalcides striatus</i>	<i>Carduelis carduelis</i>	<i>Parus ater</i>	<i>Mustela putorius</i>
<i>Elaphe scalaris</i>	<i>Carduelis chloris</i>	<i>Parus major</i>	<i>Myotis daubentonii</i>
<i>Lacerta lepida</i>	<i>Certhia brachydactyla</i>	<i>Passer domesticus</i>	<i>Myotis mystacinus</i>
<i>Lacerta schreiberi</i>	<i>Cettia cetti</i>	<i>Passer montanus</i>	<i>Oryctolagus cuniculus</i>
<i>Malpolon monspessulanus</i>	<i>Cinclus cinclus</i>	<i>Picus viridis</i>	<i>Pipistrellus pipistrellus</i>
<i>Natrix maura</i>	<i>Columba livia</i>	<i>Rallus aquaticus</i>	<i>Rattus rattus</i>
<i>Natrix natrix</i>	<i>Columba oenas</i>	<i>Regulus ignicapillus</i>	<i>Ratus norvegicus</i>
<i>Podarcis carbonelli</i>	<i>Columba palumbus</i>	<i>Sitta europaea</i>	<i>Sciurus vulgaris</i>
<i>Podarcis hispanica</i>	<i>Corvus corax</i>	<i>Strix aluco</i>	<i>Sorex araneus</i>
<i>Psammotromus algirus</i>	<i>Corvus monedula</i>	<i>Sturnus unicolor</i>	<i>Sus scrofa</i>
<i>Anguilla anguilla</i>	<i>Delichon urbica</i>	<i>Sylvia atricapilla</i>	<i>Talpa europaea</i>
<i>Accipiter gentilis</i>	<i>Dendrocopos major</i>	<i>Sylvia undata</i>	<i>Talpa occidentalis</i>
<i>Accipiter nisus</i>	<i>Erithacus rubecula</i>	<i>Tachybaptus ruficollis</i>	<i>Vulpes vulpes</i>
<i>Aegithalos caudatus</i>	<i>Falco peregrinus</i>	<i>Tetrax tetrax</i>	

Fonte: “Caracterização da Área da Proposta de Criação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã”

No documento de “Caracterização da Área da Proposta de Criação da Paisagem Protegida Local do Rio Antuã” são propostas um conjunto de ações que tem por objetivos:

- Requalificação e Recuperação paisagística do rio Antuã, tendo em vista o seu usufruto público;
- Recuperar e Requalificar os açudes, levadas, as pontes antigas em alvenaria, os moinhos existentes e sua envolvente;
- Promoção de iniciativas que potenciem a geração de benefícios para as comunidades locais, a partir de produtos e pela prestação de serviços;

- Despoluição das águas e resolução de situações de descargas de efluentes e depósitos de resíduos;
- Monitorização da qualidade da água do rio Antuã;
- Recuperar e Reforçar a tradição dos socalcos utilizados para atividade agrícola;
- Reforço e extensão das galerias ripícolas ao longo das margens do rio, através da plantação de espécies ripícolas autóctones, adaptadas ao local;
- Eliminação de espécies exóticas - eucalipto (*Eucalyptus sp.*) e acácia (*Acacia sp.*) e posterior monitorização das ações levadas a cabo (princípio de reconversão florestal);
- Salvar a existência de bolsas de valores florísticos excecionais (carvalho, pinhal, castanhal, choupal e sobreiral);
- Conservação da natureza e Promoção da biodiversidade em toda a extensão da área proposta.

Será pertinente a elaboração de um documento que avalie para cada troço identificado no documento anteriormente referido, a execução das ações propostas.

O projeto de recuperação das Margens do Rio Caima, concluída em 2012, permitiu também efetuar o levantamento da flora aí existente, identificando-se 98 espécies que predominam e surgem com alguma frequência na área, e que se encontram elencadas na tabela 43.

“A paisagem envolvente à zona de intervenção encontra-se ocupada principalmente por plantações florestais de espécies exóticas (...). São poucos os vestígios da vegetação natural que outrora cobriu este vale, sendo que as florestas que então se encontravam nesta zona do nosso país eram dominadas por carvalho-alvarinho (*Quercus robur*) acompanhado pelo sobreiro (*Quercus suber*) no estrato arbóreo.”<sup>12</sup>

TABELA 43 – FLORA DAS MARGENS DO RIO CAIMA

TABELA 43 – FLORA DAS MARGENS DO RIO CAIMA			
	ESPÉCIES AUTOCTONES		ESPECIES EXÓTICAS
<i>Alnus glutinosa</i>	<i>Angelica sylvestris</i>	<i>Mentha suaveolens</i>	<i>Acacia dealbata</i>
<i>Arbutus unedo</i>	<i>Athyrium filix-femina</i>	<i>Omphalodes nitida</i>	<i>Acacia melanoxylon</i>
<i>Blechnum spicant</i>	<i>Branchypodium sylvaticum</i>	<i>Poa annua</i>	<i>Cyperus eragrostis</i>
		<i>Polygonatum</i>	
<i>Calluna vulgaris</i>	<i>Calystegia sepium</i>	<i>odoratum</i>	<i>Eucalyptus globulus</i>
		<i>Polygonum</i>	
<i>Carex pendula</i>	<i>Carex divulsa</i>	<i>lapathifolium</i>	<i>Platanus x acerifolia</i>
<i>Corylus avellana</i>	<i>Carex remota</i>	<i>Polygonum persicaria</i>	<i>Populus x canadensis</i>
<i>Crataegus monogyna</i>	<i>Castanea sativa</i>	<i>Polystichum setiferum</i>	<i>Tradescantia fluminensis</i>
<i>Erica arborea</i>	<i>Chenopodium album</i>	<i>Portulaca oleracea</i>	<i>Ailanthus altissima</i>
<i>Frangula alnus</i>	<i>Circaea lutetiana</i>	<i>Potentilla erecta</i>	<i>Amaranthus powellii</i>
<i>Fraxinus angustifolia</i>	<i>Crepis capillaris</i>	<i>Prunella vulgaris</i>	<i>Amaranthus viridis</i>
		<i>Pseudoarrheatherum</i>	
<i>Hédera hibernica</i>	<i>Dactylis glomerata</i>	<i>longifolium</i>	<i>Bidens frondosa</i>
<i>Hypericum androsaemum</i>	<i>Danthonia decumbens</i>	<i>Pteridium aquilinum</i>	<i>Conyza bilbaoana</i>

<sup>12</sup> Guia de Campo *Arborium Durimicum*

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

<i>Ilex aquifolium</i>	<i>Daucus carota</i>	<i>Scrophularia auriculata</i>	<i>Conyza sumatrensis</i>
	<i>Digitalis purpurea</i>	<i>Picris hieracioides</i>	<i>Croscosmia x crocosmiflora</i>
<i>Juncus effusus</i>	<i>Dryopteris dilatata</i>	<i>Plantago major</i>	<i>Cyperus eragrostis</i>
<i>Laurus nobilis</i>	<i>Echium rosulatum</i>	<i>Sonchus asper</i>	<i>Datura stramonium</i>
<i>Osmunda regalis</i>	<i>Erica arborea</i>	<i>Sparganium erectum subsp. Negletum</i>	<i>Galinsoga ciliata</i>
<i>Pterospartum tridentatum</i>	<i>Erica ciliaris</i>	<i>Teucrium scorodonia</i>	<i>Robinia pseudoacacia</i>
<i>Pyrus cordata</i>	<i>Eupatorium cannabinum</i>	<i>Ulex micranthus</i>	<i>Sibthorpia europaea</i>
<i>Quercus robur</i>	<i>Fumaria muralis</i>	<i>Ulex minor</i>	<i>Solanum nigrum</i>
<i>Ruscus aculeatus</i>	<i>Galium palustre</i>	<i>Ulmus minor</i>	
<i>Salix atrocinerea</i>	<i>Geranium robertianum</i>	<i>Urtica dioica</i>	
<i>Sambucus nigra</i>	<i>Hypericum undulatum</i>	<i>Veronica montana</i>	
<i>Smilax aspera</i>	<i>Lithodora prostata</i>	<i>Viola riviniana</i>	
<i>Typha dominguensis</i>	<i>Lotus pedunculatus</i>		
<i>Agrostis curtissi</i>	<i>Luzula sylvatica</i>		
<i>Ajuga reptans</i>	<i>Lycopus europaeus</i>		
<i>Anarrhinum longipedicellatum</i>			

Fonte: Guia de campo *Arborem durimicum*

No Parque Temático Molinológico, no âmbito do projeto Estações da Biodiversidade foram identificadas 32 espécies da fauna e 16 da flora, e que se encontram listadas na tabela seguinte.

TABELA 44 – FAUNA E FLORA DO PARQUE TEMÁTICO MOLINOLÓGICO

FAUNA		FLORA
<i>Aglais io</i>	<i>Neocallicrania selligera</i>	<i>Linaria triornithophora</i>
<i>Anagallis tenella</i>	<i>Nymphalis polychloros</i>	<i>Aquilegia vulgaris</i>
<i>Bombus pascuorum</i>	<i>Omphalodes nitida</i>	<i>Cirsium vulgare</i>
<i>Bombus ruderatus</i>	<i>Orthetrum coerulescens</i>	<i>Cirsium palustre</i>
<i>Calopteryx haemorrhoidalis</i>	<i>Oxygastra curtisii</i>	<i>Anarrhinum longipedicellatum</i>
<i>Calopteryx xanthostoma</i>	<i>Panorpa vulgaris</i>	<i>Quercus robur</i>
<i>Chioglossa lusitanica</i>	<i>Pararge aegeria</i>	<i>Quercus suber</i>
<i>Cordelegaster boltonii</i>	<i>Pentaglottis sempervirens</i>	<i>Linaria triornithophora</i>
<i>Cribroleptura stragulata</i>	<i>Podarcis carbonellii</i>	<i>Hypericum androsaemum</i>
<i>Euphydryas aurinia</i>	<i>Podarcis virescens</i>	<i>Hypericum perforatum</i>
<i>Frangula alnus</i>	<i>Polygonia c-album</i>	<i>Osmunda regalis</i>
<i>Gomphus graslinii</i>	<i>Ruspolia nitidula</i>	<i>Blechnum spicant</i>
<i>Hemaris fuciformis</i>	<i>Rutpela maculata</i>	<i>Viola palustris</i>
<i>Lissotriton boscai</i>	<i>Tettigonia viridissima</i>	<i>Epilobium obscurum</i>
<i>Lucanus cervus</i>	<i>Vanessa atalanta</i>	<i>Acacia dealbata</i>
<i>Melitaea deione</i>	<i>Zygaena trifolii</i>	<i>Acacia melanoxylon</i>

Fonte: Painéis das Estações da Biodiversidade do Parque Temático Molinológico

### 9.3.2. ÁREA ARDIDA NO CONCELHO

Na sequência dos incêndios de 2017, que assolaram o nosso país, os incêndios passaram a designar-se por incêndios rurais, que incluem os Incêndios florestais e os incêndios agrícolas, de acordo com a Lei n.º 76/2017, de 17 de agosto.

Este diploma legal estabelece o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios e define:

- Incêndio agrícola - o incêndio rural em que a área ardida agrícola é superior à área ardida florestal e a área ardida florestal é inferior a 1 hectare;
- Incêndio florestal - o incêndio rural em que a área ardida florestal é superior à área agrícola e a área ardida total é inferior a 1 hectare ou sempre que a área ardida florestal seja superior a 1 hectare;
- Incêndio rural - o incêndio florestal ou agrícola que decorre nos espaços rurais.

Na tabela 44 estão registados os hectares de área ardida, desde 2013 até 2017, no Município de Oliveira de Azeméis.

TABELA 45 – ÁREA ARDIDA (ha)				
2013	2014	2015	2016	2017
120	37	66	77	79

Fonte: ICNF – Núcleo de Competências de Gestão do Espaço Florestal

É pertinente dar nota, que a carta de áreas ardidas do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios é atualizada anualmente com as áreas ardidas superiores a 1 hectare, área mínima para o levantamento obrigatório, o que significa que, apesar de ocorrerem incêndios rurais estes não têm representatividade cartográfica.

## 9.4. RECURSOS HÍDRICOS

O consumo de água é aferido segundo duas tipologias, água para consumo doméstico e água para consumo não doméstico. Este último diz respeito à água consumida em atividade como agricultura, na indústria, no comércio e serviços.

Segundo dados da Indáqua, é o consumo doméstico que mais recursos hídricos consome no Município.

TABELA 46 – TIPOLOGIA CONSUMO - INDÁQUA			
TIPOLOGIA DE CONSUMO	2012	2016	2017
ÁGUA DOMÉSTICA	1 091 337	1 207 758	1 247 007
NÃO DOMÉSTICA	322 871	468 176	534 899

Fonte: Dados 2012 – Serviços Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis;  
Dados 2016 e 2017 - Indáqua

A tabela seguinte regista um aumento anual da água captada, entre 2013 e 2016, assim como a água distribuída por habitante, com tendência crescente.

TABELA 47 – CONSUMO ÁGUA				
	2013	2014	2015	2016
ÁGUA CAPTADA (m <sup>3</sup> )	84 715	97 473	96 579	119 823
ÁGUA DISTRIBUIDA (m <sup>3</sup> /HABITANTE)	21	20	25	25

Fonte: INE, ERSAR, ERSARA, DREM, Sistemas públicos urbanos de serviços de águas / vertente física e de funcionamento

### III. CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO PDM2013

1

QUALIFICAÇÃO E REFORÇO DA COMPETITIVIDADE ECONÓMICA DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, PERSPETIVANDO A INDÚSTRIA COMO MOTOR DE DESENVOLVIMENTO.

Este objetivo contempla, fundamentalmente, ações nos domínios do reforço e qualificação das zonas industriais, bem como da regularização e qualificação do tecido empresarial do concelho.

<p><b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO (4)</b></p>	<p>O cumprimento deste objetivo é “assegurada” pela execução dos Planos de Urbanização de Zonas Industriais:</p> <p><u>Em vigência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Urbanização da Zona industrial de Loureiro – UOPG 2 <u>É necessário a elaboração de um relatório de avaliação de execução.</u></li> <li>• Plano de Urbanização da Zona industrial de Nogueira do Cravo / Pindelo – UOPG 3 <u>É necessário a elaboração de um relatório de avaliação de execução.</u></li> <li>• Plano de Urbanização da Zona industrial de Costa Má – UOPG 4 <u>É necessário a elaboração de um relatório de avaliação de execução.</u></li> </ul> <p><u>E pela elaboração:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Urbanização da Zona Industrial do Nordeste – UOPG 8</li> <li>• Plano de Urbanização da Zona Industrial do Moroiço – UOPG 13</li> </ul> <p>O regulamento do PDM define, para a UOPG 8 e 13, como prazos para o início da vigência do plano, fevereiro de 2018 e de 2020, respetivamente. Estes <u>prazos, à data de elaboração deste documento, são impossíveis de cumprir</u>, dada a morosidade de elaboração e aprovação de um plano de urbanização e, dado que à data deste relatório, <u>não foi iniciado qualquer procedimento de elaboração destes instrumentos de gestão territorial.</u></p> <p>Na próxima revisão do PDM estas UOPG terão que ser ponderadas.</p> <p><u>Encontra-se em fase de execução parte do Plano da Zona Industrial de Loureiro</u>, através da candidatura ao ON - Programa Operacional do Norte, para a construção da Área de Acolhimento Empresarial (AAE) de UI-Loureiro, com cerca de 440 000m<sup>2</sup>.</p> <p>As vias de comunicação previstas na UOPG 1 – Cidade de Oliveira de Azeméis, visam ordenar o tráfego de atravessamento, incluindo a circulação do transporte</p>
---	--

	<p>de pesados, inerentes às indústrias que se encontram quer na zona industrial de Oliveira de Azeméis quer nas proximidades da cidade.</p> <p><u>Porém ainda não se verificou o início de nenhuma das ações previstas.</u></p>												
<p><b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2)</b></p>	<p>Os dados dos indicadores do Ordenamento do Território são imprescindíveis, para a perceção de como está a decorrer a regularização e qualificação do tecido empresarial no concelho.</p> <p>As licenças de construção em Espaço de Atividades Económicas diminuíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 2015-2016 – diminuíram 16%</li> <li>• 2016-2017 – diminuíram 5%</li> </ul> <p>Licenças de construção para indústria em solo urbano:</p> <table border="1" data-bbox="593 792 1267 927"> <thead> <tr> <th>ESPAÇO RESIDENCIAL</th> <th>ANO</th> <th>ESPAÇO AT. ECONÓMICAS</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>15</td> <td>2015</td> <td>19</td> </tr> <tr> <td>22</td> <td>2016</td> <td>16</td> </tr> <tr> <td>6</td> <td>2017</td> <td>17</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os dados da tabela anterior mostram que apesar de existirem espaços de atividade económicas definidos pelo PDM, ainda se verifica uma forte tendência de construção de unidades industriais em espaço residencial, chegando até a ser superior em 2016.</p> <p>Esta tendência reforça a urgência premente de dotar o Município com espaços atrativos, competitivos e de qualidade, para responder à procura de solo industrial.</p> <p><u>A regularização e qualificação do tecido empresarial do concelho não está a acontecer, assim como o devido ordenamento do território.</u></p>	ESPAÇO RESIDENCIAL	ANO	ESPAÇO AT. ECONÓMICAS	15	2015	19	22	2016	16	6	2017	17
ESPAÇO RESIDENCIAL	ANO	ESPAÇO AT. ECONÓMICAS											
15	2015	19											
22	2016	16											
6	2017	17											
<p><b>DINÂMICA DEMOGRÁFICA (1)</b></p>	<p>A dinâmica demográfica do concelho encontra-se em declínio, o que significa que é premente a inversão desta tendência.</p>												
<p><b>MOBILIDADE URBANA (6)</b></p>	<p><u>A rede viária prevista não tem sido executada</u>, conforme demonstrado na tabela 31.</p> <p>Já no que se refere à rede viária não prevista, foram executados cerca de 2,4 Km.</p>												
<p><b>ACESSO AOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS (5)</b></p>	<p>O serviço de distribuição de água e de recolha e drenagem de águas residuais foi concessionado à empresa Indáqua, que tem aumentado o seu número de clientes.</p>												



2

ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, COM APROVEITAMENTO DAS FORTES ACESSIBILIDADES REGIONAIS E DA SUA LOCALIZAÇÃO INTERMEDIA RELATIVAMENTE A AVEIRO E PORTO, PROMOVENDO A CRIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS DE CARACTER SUPRA CONCELHIO, E DA IMPLEMENTAÇÃO DE MODELOS DE ATUAÇÃO E GESTÃO BASEADOS NA CONCERTAÇÃO E PARCERIAS ENTRE INICIATIVA PÚBLICA E INICIATIVA PRIVADA.

Oliveira de Azeméis encontra-se localizado na fronteira entre a região norte e centro de Portugal. Esta sua localização periférica mas privilegiada poderá ser potenciada relativamente às cidades mais importantes das regiões indicadas, designadamente, Porto e Aveiro, através de relações estratégicas.

<p><b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO (4)</b></p>	<p><u>Está em execução a Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro</u>, que permitirá reforçar a importância da localização intermedia de Oliveira de Azeméis, relativamente a Aveiro e ao Porto.</p> <p>As vias de comunicação previstas na UOPG 1 – Cidade de Oliveira de Azeméis, visam ordenar o tráfego de atravessamento, incluindo a circulação do transporte de pesados, inerentes às indústrias que se encontram quer na zona industrial de Oliveira de Azeméis quer nas proximidades da cidade.</p> <p><u>Porém ainda não se verificou o início de nenhuma das ações previstas.</u></p> <p>O Espaço de Uso Especial-Loureiro, foi definida pela sua localização estratégica ao nível regional, constituindo uma bolsa de reserva de solo para equipamentos ou infraestruturas estruturantes, ou para outros usos específicos, nomeadamente, recreio, lazer e turismo.</p> <p><u>Para este espaço ainda não foi elaborado um instrumento de programação.</u></p>
<p><b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2)</b></p>	<p><u>Construção do Business Center na Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro.</u></p>
<p><b>DINÂMICA DEMOGRÁFICA (1)</b></p>	<p>A dinâmica demográfica do concelho encontra-se em declínio, o que significa que é premente a inversão desta tendência.</p>

<p><b>MOBILIDADE URBANA (6)</b></p>	<p><u>A rede viária prevista não tem sido executada</u> conforme demonstrado na tabela 31.</p> <p>Já no que se refere à rede viária não prevista, foram executados cerca de 2,4 Km.</p>
<p><b>ACESSO AOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS (5)</b></p>	<p>O serviço de distribuição de água e de recolha e drenagem de águas residuais foi concessionado à empresa Indáqua, que tem aumentado o seu número de clientes.</p>
<p><b>COESÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL/REGIONAL (8)</b></p>	<p>No que se refere ao setor da saúde, o município está muito dependente das opções estratégicas do Ministério da Saúde.</p> <p>O turismo é um setor que poderá ser beneficiado pelo aproveitamento das fortes acessibilidades regionais e da localização intermédia do concelho, <u>que possui um número muito reduzido de equipamentos hoteleiros e de promoção turística.</u></p>

3

QUALIFICAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL, ATRAVÉS DO RECURSO DO DESENHO URBANO COMO INSTRUMENTO DE CONTENÇÃO DOS AGLOMERADOS URBANOS EXISTENTES, E DA PROMOÇÃO DO AMBIENTE DE GESTÃO ATIVA E CONCERTADA.

#### ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2)

A contenção dos aglomerados urbanos verifica-se através da análise da consolidação das áreas urbanas existentes, pela dinâmica da construção privada em solo urbano e em solo rural.

É no Espaço Residencial I que se verifica 70% das licenças de construção, no período em análise.

Este é um cenário expectável, contudo alerta-se para o número de licenças de construção para indústria, nesta tipologia de solo, vocacionada essencialmente para habitação, comércio e serviços de apoio à população, e as incompatibilidades que daí advém, quer para a população, quer o devido ordenamento do território.

O PDM preconiza os Espaços de Atividades Económicas como espaços devidamente qualificados para a instalação de atividade económicas e unidades industriais. Contudo, os dados que a seguir se apresentam revelam semelhança entre o número de licenças de construção nestes espaços e o número de licenças em Espaços Residenciais, chegando mesmo a ser superior em 2016.

ESPAÇO RESIDENCIAL	ANO	ESPAÇO AT. ECONÓMICAS
15	2015	19
22	2016	16
6	2017	17

A diminuição entre 2016 e 2017 do número de licenças em Espaço Residencial é significativa, porém não é claro se é uma redução casuística ou uma consequência da execução do PDM, uma vez que ainda não possuímos os dados de 2018. É um valor a ser acompanhado para implementar medidas de correção.

No solo rural, ao longo dos três anos de análise, do número de licenças de construção, verifica-se que não houve nenhuma em solo classificado como Aglomerado Rural, pequeno núcleo populacional com funções habitacionais e de serviços básicos e de proximidade aos seus residentes.

Ponderar esta categoria do solo.

	<p>A construção nova para habitação está a acontecer nas categorias de Espaço Agrícola e Espaço Florestal (tabela 17), assim como a construção de novas unidades industriais.</p> <p><u>Ponderar estas categorias do solo.</u></p>
<p><b>REABILITAÇÃO URBANA (3)</b></p>	<p>A contenção urbana acontece também com a delimitação de áreas de reabilitação urbana.</p> <p>A Câmara Municipal procedeu em 2014 à delimitação da <u>Área de Reabilitação Urbana do Centro da Cidade de Oliveira de Azeméis</u>, dando assim cumprimento ao determinado no <u>n.º 4 do artigo 13º do regulamento do PDM</u>.</p> <p>A ARU do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis preconiza como objetivos, promover a recuperação do edificado degradado, dinamizar o centro urbano tornando-o mais atrativo para a população e para as atividades económicas como o comércio e os serviços.</p> <p>Para a programação e execução destes objetivos foi elaborado o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana desta ARU, publicado desde 2016, porém ainda <u>não foi concretizada nenhuma ação prevista neste documento</u>.</p> <p>Em 2015 a Câmara Municipal levou a aprovação da Assembleia Municipal a <u>Área de Reabilitação Urbana do Centro Vidreiro</u>. Contudo a delimitação inicial desta ARU foi alterada e é <u>necessário elaborar o respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana</u>.</p> <p>Verifica-se uma tendência crescente de reabilitação do edificado, tanto na ARU do Centro Urbano, como fora da área de reabilitação.</p> <p>A área de salvaguarda do núcleo urbano do Pinheiro da Bemposta ainda <u>não possui nenhum instrumento de reabilitação urbana ou regeneração urbana</u>, como estabelecido no <u>n.º 4 do artigo 13º do regulamento do PDM</u>.</p>
<p><b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO (4)</b></p>	<p>Estão previstas em PDM as seguintes Unidades Operativas de Planeamento e Gestão que qualificarão o território:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Pormenor do Parque Urbano de São Roque (UOPG5) - <u>Não</u></li> </ul>

	<p><u>elaborado</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Urbanização para o Espaço Central de Nogueira do Cravo (UOPG6) - <u>Não elaborado</u></li> <li>• Plano de Urbanização do Lugar da Lousa-Pindelo (UOPG7) - <u>Não elaborado</u></li> <li>• Reconversão da Linha do Vouga (UOPG12) - <u>Não elaborado</u></li> </ul> <p>As vias de comunicação previstas na UOPG 1 – Cidade de Oliveira de Azeméis, visam ordenar o tráfego de atravessamento, incluindo a circulação do transporte de pesados, inerentes às indústrias que se encontram quer na zona industrial de Oliveira de Azeméis quer nas proximidades da cidade.</p> <p><u>Porém ainda não se verificou o início de nenhuma das ações previstas.</u></p>
<p><b>DINÂMICA DEMOGRÁFICA (1)</b></p>	<p>A dinâmica demográfica do concelho encontra-se em declínio, o que significa que é premente a inversão desta tendência.</p>
<p><b>MOBILIDADE URBANA (6)</b></p>	<p><u>A rede viária prevista não tem sido executada</u> conforme demonstrado na tabela 31.</p> <p>Já no que se refere à rede viária não prevista, foram executados cerca de 2,4 Km.</p>
<p><b>ACESSO AOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS (5)</b></p>	<p>O serviço de distribuição de água e de recolha e drenagem de águas residuais foi concessionado à empresa Indáqua, que tem aumentado o seu número de clientes.</p>
<p><b>QUALIDADE DO AMBIENTE (7)</b></p>	<p><u>Não foi delimitada qualquer zona sensível em sede de qualquer UOPG</u> em curso, pelo que ainda não foi possível avaliar os níveis sonoros médios em zonas sensíveis.</p>

4

REQUALIFICAÇÃO, SALVAGUARDA E VALORIZAÇÃO DOS ELEMENTOS PATRIMONIAIS E NATURAIS, INSERINDO-OS EM REDES INTEGRADAS DE PERCURSOS, ROTEIROS E ATIVIDADES DE LAZER E TURISMO.

<p><b>ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (2)</b></p>	<p>Recuperação da Casa do Mateiro e a construção do Centro de Interpretação do Vidro.</p>
<p><b>PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO (4)</b></p>	<p>Estão previstas em PDM as seguintes Unidades Operativas de Planeamento e Gestão para a valorização dos elementos patrimoniais e naturais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Intervenção em Espaço Rural do Manica (UOPG 9) – <u>Proposta de plano elaborada</u></li> <li>• Plano de Intervenção em Espaço Rural do Caima (UOPG 10) - <u>Não elaborado</u></li> <li>• Plano de Intervenção no Espaço Rural de UI (UOPG 11) - <u>Não elaborado</u></li> <li>• Reconversão da Linha do Vouga (UOPG12) - <u>Não elaborado</u></li> </ul> <p>A análise da Carta de Ordenamento permite verificar que dos vários percursos pedonais e cicláveis previstos, <u>apenas se executou um</u>, o circuito da zona escolar e desportiva de Oliveira de Azeméis.</p>
<p><b>DINÂMICA DEMOGRÁFICA (1)</b></p>	<p>A dinâmica demográfica do concelho encontra-se em declínio, o que significa que é premente a inversão desta tendência.</p>
<p><b>MOBILIDADE URBANA (6)</b></p>	<p><u>A rede viária prevista não tem sido executada</u> conforme demonstrado na tabela 31.</p> <p>Já no que se refere à rede viária não prevista, foram executados cerca de 2,4 Km.</p>
<p><b>ACESSO AOS SISTEMAS DE SERVIÇOS E INFRAESTRUTURAS URBANAS (5)</b></p>	<p>O serviço de distribuição de água e de recolha e drenagem de águas residuais foi concessionado à empresa Indáqua, que tem aumentado o seu número de clientes.</p>

<p><b>QUALIDADE DO AMBIENTE (7)</b></p>	<p>Não foi delimitada qualquer zona sensível em sede de qualquer UOPG em curso, pelo que ainda não foi possível avaliar os níveis sonoros médios em zonas sensíveis.</p>
<p><b>RECURSOS NATURAIS (9)</b></p>	<p>A Paisagem Protegida Local do Rio Antuã visa a requalificação do corredor ripícola de parte do Rio Antuã, produzindo efeitos em sede de gestão urbanística.</p> <p>Para esta área existe uma proposta de ações, cuja execução deverá ser avaliada em sede de um relatório elaborado com esse objetivo</p> <p>Relativamente à Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, não houve qualquer alteração das suas áreas delimitadas aquando da elaboração do PDM.</p> <p>Contudo, é importante referir que em <u>2018 termina o prazo legalmente estabelecido</u> pelos regimes jurídicos destas restrições de utilidade pública, para a execução de planos, ações ou projetos previstos, que deram origem à exclusão de áreas destas reservas, aquando da elaboração do PDM.</p> <p><u>Há lugar à reintegração de áreas que tenham sido excluídas destas reservas,</u> no todo ou em parte, aquando dos procedimentos de delimitação, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão.</p>

#### IV. OPORTUNIDADE DE REVISÃO DO PDM2013

A lei de base de política pública de solos, de ordenamento do território e do urbanismo<sup>13</sup>, publicada em 2014, procedeu a uma reforma estruturante, quer na disciplina de uso do solo, como do ponto de vista do seu sistema jurídico, traduzindo uma visão conjunta do sistema de planeamento e dos instrumentos de políticas de solo.

Este novo diploma determina a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)<sup>14</sup>, que se concretiza com a publicação do Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de maio, que institui um novo sistema de classificação do solo, com o objetivo de se inverter a tendência de transformação excessiva de solo do solo rural em solo urbano.

O novo sistema de classificação do solo opta por uma lógica de efetiva e adequada afetação do solo urbano ao solo parcial ou totalmente urbanizado ou edificado, eliminando-se a categoria operativa de solo urbanizável. A reclassificação do solo como urbana será limitada e demonstrará uma opção de planeamento necessária e devidamente programada, demonstrando a sua sustentabilidade económica e financeira de transformação do solo rustico em urbano

Esta nova forma de gestão territorial, implica uma adequação dos Planos Diretores Municipais em vigência às novas regras do RJIGT, num prazo de 5 anos, desde a sua entrada em vigor, o que quer dizer, que os Municípios têm até 2015 para incluir as novas regras de classificação e qualificação.

Esta exigência legal, do n.º 2, do artigo 199º do RJIGT implica a revisão do PDM de Oliveira de Azeméis.

Porém não foi só o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial que foi alterado, também o regime jurídico da reserva ecológica nacional (RJREN) e o regime jurídico da reserva agrícola nacional (RJLAN), foram republicados.

A REN de Oliveira de Azeméis foi publicada através da Portaria n.º 288/2011, de 3 de novembro, ou seja antes da entrada em vigor do novo diploma do RJREN – Decreto-Lei n.º239/2012, de 2 de novembro.

O novo regime jurídico desta restrição de utilidade pública, implica alterações profundas, designadamente, nas designações das áreas integradas na REN e dos critérios de delimitação e funções por estas desempenhadas.

O artigo 43º deste diploma legal define que as delimitações municipais da REN têm que se adaptar às orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, aprovadas pela Resolução do Conselho de

---

<sup>13</sup> Lei n.º 31/2014, 30 de maio



Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, retificada pela Declaração de Retificação n.º 71/2012, de 30 de novembro.

Visto que os critérios de delimitação das áreas integradas em REN mudaram, a diferenças entre as duas delimitações implicará uma nova classificação/reclassificação do solo, que se efetua apenas em sede de revisão do PDM.

A revisão do Plano Diretor Municipal, em vigência desde 2013, para além de se justificar devido às alterações legais, anteriormente referidas, justifica-se também pelo número considerável de ações previstas no plano, e que volvidos 5 anos, não verificaram qualquer intenção de concretização, como demonstrado ao longo do território.

De referir ainda que, a não execução da programação tem como consequências a reclassificação de solo urbano para solo rural e a integração de áreas que tenham sido excluídas da reserva agrícola nacional e reserva ecológica nacional, no todo ou em parte, aquando dos procedimentos de delimitação, quando as mesmas não tenham sido destinadas aos fins que fundamentaram a sua exclusão.

## V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na elaboração deste relatório sentiram-se alguns constrangimentos no acesso e recolha de dados necessários para a análise dos indicadores.

Seria importante introduzir algumas alterações, aquando do registo dos processos de operações urbanísticas na gestão documental, de forma a permitir uma pesquisa célere e real dos processos em análise.

A atual gestão documental permite realizar pesquisas por tipo de operação urbanística, porém os resultados obtidos são limitados e poderão estar incompletos, uma vez que há campos de preenchimento livre, dando origem a registos com termos diferentes para a mesma situação, dependendo do administrativo que efetuar o registo.

Para ultrapassar esta contrariedade seria de todo útil a definição de listas de opções para o preenchimento dos campos, aquando do registo de um processo, para que todos os registos tivessem designações conformes.

Os inquéritos aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios do INE, elemento instrutório dos processos de operações urbanísticas, são outra fonte de informação, com dados pormenorizados de cada intervenção que acontecerá no território.

Sugere-se a definição de uma metodologia de recolha e tratamento dos dados destes inquéritos, de forma a tornar mais simplificada a recolha de dados referentes às operações urbanísticas, que acontecem no município.

Outra contrariedade sentida na recolha de informação foi a ausência de resposta, à solicitação de informação por parte de alguns serviços internos do município. É necessário alertar para a importância da sua colaboração para a elaboração deste relatório.

Alerta-se, que a exigência de indicadores para a avaliação dos instrumentos de gestão territorial e/ou de reabilitação urbana é uma imposição legal dos respetivos regimes jurídicos.